

A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Ano 79 - Nº 253 - 25 de agosto de 2004 - R\$ 1,70

Ataques totalitários contra o governo

A oposição acusa o governo de anti-democrático, mas não quer lei igual para todos



A oposição está sem rumo. Entra semana, sai semana, e vem uma nova onda de acusações contra o governo Lula — o mote desta temporada é o fantasma do autoritarismo. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, comparou, no dia 24, o governo Lula à ditadura militar por promover, em sua opinião, a mesma centralização de recursos e as mesmas tentativas de controle da sociedade que marcaram o regime de 1964. E o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) manifestou-se perplexo porque — ousadia! — o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, cogitou processá-lo no Supremo Tribunal Federal devido às irresponsáveis insinuações de corrupção que fez.

Ao considerar essa atitude “arrogante e autoritária”, Tasso dá uma dica do que a oposição entende por autoritarismo: o que ela e as elites brasileiras não aceitam é que as leis da República valham para todos e que, mesmo figurões da política e da sociedade, devam responder por suas atitudes.

A reação conservadora contra a proposta de criação de um Conselho Nacional de Jornalismo ou de uma nova Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) demonstra sentimento semelhante — a lei e as políticas públicas só são aceitas se não forem obstáculo à livre ação daqueles que, no Brasil, sempre atuam regidos apenas por seus interesses e propósitos. Vociferam, por isso, que a democracia é golpeada e o país está à beira do “totalitarismo”.

O governo do presidente Lula é um governo democrático. Não há dúvida a respeito: ao contrário do governo tucano de FHC, e para desespero dos conservadores, não criminaliza os movimentos sociais. Fernando

Henrique Cardoso jogou a polícia e o Exército contra sindicatos de trabalhadores já em seu primeiro ano de governo, em 1994, e contra o MST ao longo de todo seu mandato. Mandou inclusive processar criminalmente o MST, em 2000.

Outra marca democrática do governo Lula é o amplo debate com a sociedade para a promoção de políticas públicas, como a recente conferência de mulheres, que mobilizou centenas milhares de militantes em mais de 2000 municípios. FHC, ao contrário, jamais discutiu com a sociedade questões essenciais para o país, como a privatização de empresas estatais que seu governo promoveu, ou a reeleição para a Presidência da República, da qual foi beneficiário direto — ao contrário, foi o campeão das medidas provisórias, uma forma de resolver problemas graves à margem do debate democrático.

O grito histórico das “castas” conservadoras, elas sim autoritárias, elitistas e anti-democráticas, deriva-se do reencontro do Brasil com a democracia que, desde a posse de Lula, é progressivamente resgatada, cultivada e aprofundada no país onde, além do voto, do respeito pleno à Constituição e aos poderes da República, da ampla liberdade de imprensa, da plena atividade da oposição, o povo é livre para se organizar e empreender suas lutas e, também, é convidado a criticar e elaborar as políticas públicas implementadas pelo governo.

Ao contrário da gritaria interessada dos privilegiados, que se vêem ameaçados pela iminência da restauração de regulamentações necessárias para o bem comum, o Brasil vive hoje uma democracia plena que afasta velhos e renitentes hábitos autoritários.

EDITORIAL

Valeu, Daiane!

“Vencedor é aquele que vê que perdeu e luta para ganhar de novo, na próxima” — esta frase resume a reação da ginasta Daiane dos Santos, no Olympic Indoor Hall de Atenas, depois de errar o passo e ficar em 5º lugar na disputa pela ginástica artística. E aplaudir o desempenho da romena Catalina Ponor, medalha de ouro e sua principal rival.

Ajudando a construir uma tradição que só agora o Brasil passa a ter, ela é campeã do mundo em ginástica, tem quatro medalhas de ouro na Copa do Mundo do esporte e, em Atenas, mesmo sem medalha, faz parte do seleto grupo de atletas maravilhosas que superam as leis da física e a si próprias em busca da perfeição.

Ela, que se confessou feliz “por ter chegado à final olímpica”, sintetizou em sua reação as melhores qualidades do povo

brasileiro: humildade, persistência, ousadia e vontade de lutar. “Sei que podia ter feito melhor”, disse.

Lembrando a canção antiga que diz “levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”, Daiane — cujos 21 anos já a tomam madura para a ginástica — fez uma avaliação realista das perspectivas que se abrem para ela e para suas companheiras de equipe, Daniele Hipólito e Laís Souza, Caroline Molinari, Camila Comin e Ana Paula Rodrigues. Ela teme que, em 2008, não terá condições para participar da Olimpíada em Pequim, devido à idade e, principalmente, aos problemas em seu joelho. Mas sabe que o caminho para as colegas mais jovens está aberto, é promissor, e aposta nelas.

Ao sair do tablado, ela expressiu sua frustração dizendo: “Acabou”. Mas se enganou: ao contrário, está apenas começando para a ginástica brasileira.

Elza Monnerat, autêntica comunista

Mulher avançada para o seu tempo, militante comunista desde 1945, trabalhou nesta **A Classe Operária**, reorganizou o PCdoB em 1962 e ajudou a preparar a Guerrilha do Araguaia. **Página 2**

Condolências

Foi com muito pesar que recebemos a notícia do falecimento da companheira Elza Monnerat. Receba nossa profunda solidariedade neste momento de dor.

Abraços afetuosos

Presidente da República
Federal do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva e
Marisa Letícia da Silva
primeira dama

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



ELZA MONNERAT

Homenagem a uma comunista

Ato na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro lembra seu legado

MARCOS PEREIRA, DO RIO DE JANEIRO

Emocionante ato na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro homenageou, dia 19, Elza Monnerat, que faleceu, aos 91 anos, no dia 11. Mais de 300 pessoas lotaram o plenário da casa. O deputado estadual do PCdoB, Edmilson Valentim, presidiu a mesa. Após exibição de vídeo sobre a comunista, o quarteto de cordas da Filarmônica do Rio de Janeiro se apresentou.

O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, conheceu Elza "em 1973, em São Paulo, quando participamos de diversos momentos importantes da luta política no período da ditadura. Ela destacou-se pela simplicidade que a tornava uma militante imprescindível

para a luta revolucionária, e para a luta política. Uma pessoa muito dedicada".

A presidente do Partido no Rio, Ana Rocha, disse que "Elza deixou um legado muito importante, principalmente para a juventude".

Representando o governo do estado do Rio, o secretário de Transportes, Augusto Ariston, contou que conheceu Elza no começo da década de 60. Na anistia, ela o procurou para falar sobre a indenização para as famílias dos mortos na repressão.

O deputado federal Jamil Murad, representando os parlamentares do PCdoB, destacou os momentos difíceis em que Elza ficou

ao lado daqueles que queriam um partido revolucionário. A cantora Ivone Torres interpretou a música Xambioá, para lembrar as ações de Elza na Guerrilha do Araguaia.

Estiveram presentes os sobrinhos de Elza, Julia, Heloísa, Márcia, Roberto, personalidades e membros de outros partidos, Jandira Feghali, candidata à prefeitura do Rio, membros do Comitê Central, o secretário executivo do Ministério da Articulação Política, Eduardo Bomfim, e o secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luis Fernandes, a deputada Jussara Cony, do Rio Grande do Sul, o presidente da CUT/RJ, Jayme Ramos, Verônica Bercht, sindicalistas e comunistas.

E lá se foi a nossa soldadinha...

Ela deu ao Partido grande parte de sua vida

VERÔNICA BERCHT*

Para colher os depoimentos dos conhecidos de Elza Monnerat para escrever sua biografia, ouvi um "caso", contado por Haroldo Lima, onde Pedro Pomar, veterano dirigente do Partido, num encontro na clandestinidade, teria dito "Lá vem nossa soldadinha". Na convivência com Elza, ao longo do trabalho, notei que essa definição cabia como uma luva à sua personalidade tão especial.

Definir uma pessoa com apenas uma palavra é tarefa difícil, mas Elza era mesmo uma soldadinha, em todos os aspectos de sua vida. No Partido, no montanhismo, na vida pessoal. Ela se autodefinia como uma cumpridora de tarefas. Falava com satisfação das tarefas que recebeu e desempenhou. "E lá vem tarefa", dizia animada. E, por isso, sem ser uma intelectual, foi uma dirigente comunista importante durante a maior parte de sua militância de mais de 60 anos.

Elza não abdicou de sua vida pessoal para se integrar ao Partido Comunista do Brasil. Na verdade, ela deu ao Partido grande parte de sua vida. Foi uma opção, uma escolha consciente. Era ali que ela encontrava a realização de seus sonhos e ideais.

Em pequena, Elza se espelhou no Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, e desde então sonhava em ser uma revolucionária. Manteve-se solteira para não se submeter às imposições de um marido, que era a realidade de seu tempo e sua geração. Casada, dificilmente desempenharia o papel que desempenhou na direção do PCdoB. Não teria sido o elo de apoio aos dirigentes em 1962 ou em 1964, quando houve o golpe militar. Também não teria participado ativamente da organização da guerrilha do Araguaia, onde passou dias cujas recordações guardou com saudade — não só dos seus companheiros de Partido, guerrilheiros, mas também das amigas que deixou na região.

Foi presa e torturada e, depois da anistia, em 1979, foi uma figura que simbolizou a angústia das famílias dos desaparecidos da guerrilha e que exigem, ainda hoje, explicações oficiais sobre o paradeiro de seus filhos, maridos, pais, irmãos, amigos. Com quase noventa anos, Elza se sentia frustrada porque suas limitações físicas a impediam de continuar nessa luta ativamente e, emocionada, apontava os retratos do cartaz dos desaparecidos do Araguaia, corrigindo nomes e contando histórias daqueles companheiros.

A vida de Elza não foi comum e sua excepcionalidade me provocou reflexões. Apesar das diferenças que marcam os tempos, os costumes e as gerações, sobrevive o mesmo sonho de um mundo justo e igualitário. Este foi o sentido de sua existência e a mensagem que nos deixou.

*jornalista e pesquisadora, autora da biografia "Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat", publicada em 2002 pela editora Anita Garibaldi

Elza Monnerat, militante comunista, autêntica revolucionária

NOTA DO SECRETARIADO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

No último dia 11 de agosto faleceu Elza Monnerat, histórica dirigente do Partido Comunista do Brasil. Com 91 anos de idade, ela foi por mais de meio século uma abnegada militante e dirigente comunista.

Elza era descendente de uma humilde família de imigrantes suíços. Nasceu e viveu até o início da juventude na região serrana do Rio de Janeiro, na área do município de Sapucaia. A mais velha, entre os irmãos, ela ajudou a mãe a criá-los e, mais tarde, já moça, para contribuir com o orçamento da família trabalhando dando aulas para crianças.

No início dos anos 1930, mudou-se para Niterói. Estudou, fez o curso de madureza e tornou-se professora primária. Tempos depois, em 1939, por concurso, passou a ser funcionária pública.

Quando menina e adolescente, pelos jornais que seu pai recebia no sítio, Elza tomou conhecimento do levante do Forte de Copacabana e, posteriormente, dos feitos épicos da Coluna Prestes. O heroísmo dos protagonistas desses episódios e mais o contato com as injustiças sociais levaram-na a cultivar, desde cedo, o sonho de ser uma revolucionária, de ser uma pessoa com a vida dedicada à luta por uma nova sociedade na qual o povo tivesse uma vida digna.

De fato, já adulta, Elza se revela uma mulher avançada para o seu tempo. Engaja-se na atividade política, algo pouco comum às mulheres da época. Em 1942, participa no Rio de Janeiro das jornadas contra o nazifascismo e a Ditadura Vargas. Noutro plano, demonstrando intrepidez, apaixonase pela prática do montanhismo. Seu "batismo" nesse esporte foi em Agulhas Negras.

O seu sonho adolescente de ser uma cidadã comprometida com a luta por um mundo novo amadurece e se torna realidade em 18 de abril de 1945, quando se filia ao Partido Comunista do Brasil. De lá para cá foram quase 60 anos de militância comunista. Atuou inicialmente na célula de base do IAPI, órgão público no qual traba-

lhava. Depois, por um bom tempo, abraçou uma tarefa tida por muitos como espinhosa: arrecadar finanças para o Partido. Aliás, essa viria a ser uma das principais marcas da militância de Elza. Sempre trazia a si tarefas difíceis, sem projeção pública, sem ribalta ou holofotes, mas imprescindíveis ao Partido.

Em fevereiro de 1962 participou da Conferência Extraordinária que garantiu ao Partido Comunista do Brasil sua continuidade na trilha revolucionária. Nesta Conferência foi eleita para o Comitê Central e passou a atuar com João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, entre outras destacadas lideranças comunistas. Nessa época, trabalhou como revisora do jornal *A Classe Operária*, periódico que circula até hoje e que cumpriu importante papel na luta teórica e política para reorganizar a legenda comunista.

O golpe militar de abril de 64, de modo progressivo, instaura um regime truculento no país que sepulta a democracia, prende, tortura e assassina todos quantos ousassem lutar pela liberdade. Pela liberdade, nestas circunstâncias, o PCdoB é impelido a recorrer à luta armada contra a ditadura e organiza a Guerrilha do Araguaia. Elza, que na região da luta guerrilheira chamava-se D. Maria, foi uma das primeiras a chegar no sul do Pará. Ajudou a escolher a área que seria o cenário do conflito e era uma das responsáveis pelo deslocamento dos militantes das cidades à região do Araguaia.

Nesse período da ditadura, o PCdoB atuava sob rigorosa clandestinidade. Seus militantes eram caçados pela polícia política. Elza aceitou realizar um trabalho de mais alta responsabilidade. Ela montava os chamados "aparelhos", casas onde a direção do Partido pudesse se reunir em segurança. Cuidava, também, dos deslocamentos a endereços secretos; em suma, exerceu um trabalho que permitia ao Partido atuar nos "subterrâneos da liberdade."

Em 1976, já sexagenária, no episódio

que ficou conhecido como "Chacina da Lapa", Elza foi presa e torturada. Na prisão teve um comportamento altivo e digno. Apesar de ter sofrido violências covardes, nada disse aos verdugos e, ainda, mesmo idosa, participou de uma greve de fome pela Anistia.

Na prisão ou vivendo em liberdade, Elza se destacava, também, pela solidariedade e presteza em ajudar os companheiros de luta e as pessoas do povo.

No dia 31 de agosto de 1979, por força da Lei da Anistia, Elza é libertada. Um ano depois, em 1980, ela volta à região da Guerrilha do Araguaia, integrando a Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia. E, desde essa caravana, ela passa a dar o melhor de si para divulgar o legado da guerrilha e a memória dos guerrilheiros e das guerrilheiras. Em especial, ela realizou o trabalho de organizar a luta dos familiares dos combatentes pelo direito sagrado de enterrar nos restos de seus entes queridos em túmulo honroso. Luta essa que prossegue até os dias de hoje.

Elza, a professora primária da região serrana do Rio, a funcionária pública do IAPI, a montanhista que amava a altura do cimo dos morros; Elza a militante de célula de base, a revisora do jornal *A Classe Operária*; Elza, integrante do Comitê Central do PCdoB desde 62, a dona Maria do Araguaia; Elza, a que sabia ocultar e proteger seus camaradas do faro sanguinário da polícia dos opressores, a que trazia para si as tarefas difíceis; Elza a que tinha a simplicidade, a bravura, a sensibilidade, a ternura, a coragem da mulher brasileira.

Uma vida assim, como a de Elza Monnerat, dedicada ao Brasil e ao povo, à causa do socialismo, à luta dos trabalhadores, à construção do partido dos operários e dos oprimidos, continuará presente por incontáveis gerações como fonte de energia à jornada emancipadora.

São Paulo, 13 de agosto de 2004
Secretariado Nacional do PCdoB

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Jornalista responsável Pedro de Oliveira (MTB 9813SP), Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe - Priscila Lobregatte

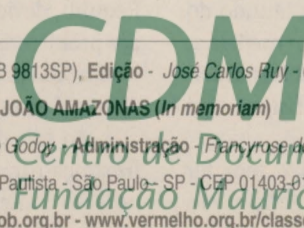
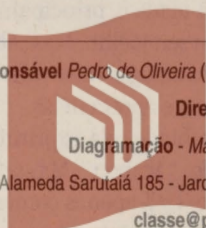
Diretor JOÃO AMAZONAS (In memoriam)

Diagramação - Marco Godoy - Administração - Francrose de Andrade

Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 - Tel 11 3054 1300

classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

A Classe Operária



Soberania, ousadia e êxitos

O ministro das Relações Exteriores fala para A Classe Operária sobre nossas posições soberanas em vários fóruns mundiais

LUÍZ APARECIDO, DE BRASÍLIA, ENTREVISTA CELSO AMORIM

A Classe Operária: *Ministro, como o senhor vê a inserção do Brasil no cenário internacional desde a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República?*

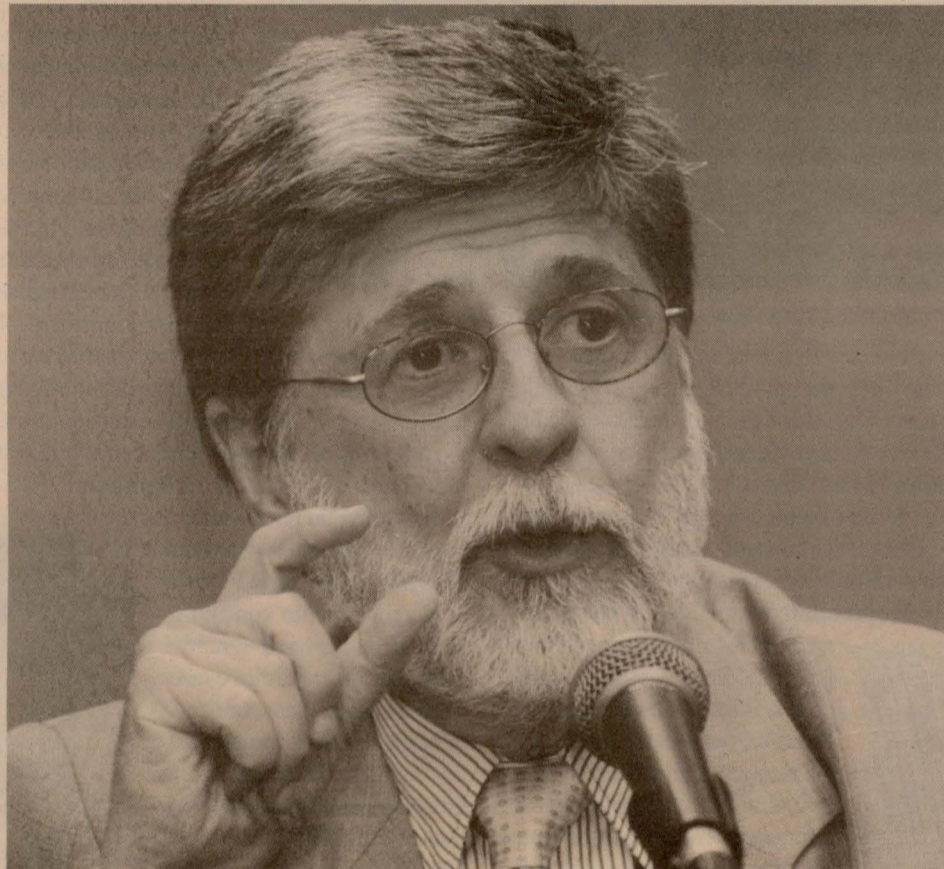
Celso Amorim: A diplomacia brasileira vive um momento de grande dinamismo, graças à liderança pessoal do presidente Lula. A firmeza com que temos defendido a democratização das instâncias decisórias internacionais e a promoção do desenvolvimento com justiça social tem contribuído para a crescente credibilidade internacional do país. Nesse contexto inserem-se o aprofundamento de nossas relações com a América do Sul, a renovação de nossas ações na África, nossos contatos com países do Oriente Médio, inclusive a iniciativa de uma Cúpula América do Sul / países árabes, ou, ainda, a atuação do Brasil como coordenador do G-20, essencial para o desbloqueio das negociações da Rodada de Doha, na Organização Mundial de Comércio. É também nesse contexto que temos trabalhado para colocar o combate à fome e à miséria como uma prioridade da agenda internacional. Como se sabe, o Brasil está organizando uma reunião de líderes mundiais sobre o tema, em Nova York, em 20 de setembro.

A Classe Operária: *Qual foi, em sua opinião, o resultado econômico e político da última viagem presidencial à China?*

Celso Amorim: A visita do presidente Lula à China reuniu, além de expressiva delegação ministerial, a maior missão empresarial já enviada pelo Brasil ao exterior (460 empresários, representando 315 empresas nacionais). A avaliação preliminar que fazemos, dois meses depois da visita, é de que foi alcançado o objetivo de reforçar nossa relação com a China. Os resultados são promissores tanto do ponto de vista político, com o estabelecimento de uma Comissão de Alto Nível para aprofundar o diálogo bilateral, como no âmbito econômico, no qual devemos observar um aumento do intercâmbio comercial bilateral já nos próximos meses. A China já é o terceiro parceiro comercial do Brasil. Também foram estabelecidas importantes parcerias empresariais, como a da Vale do Rio Doce com a chinesa Baosteel, e ampliada nossa cooperação científico-tecnológica no desenvolvimento de satélites de sensoramento terrestre (os CBERS), considerada modelo entre países em desenvolvimento.

A Classe Operária: *O eixo Brasil/China/África do Sul e Índia que importância estratégica tem para nossa política externa e para um novo mapa geopolítico mundial?*

Celso Amorim: O estabelecimento do Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul, também conhecido como IBAS ou G-3, derivou da convicção de que será muito positiva a aproximação política e a cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Os três países têm influência regional e atuação global; grandes territórios ricos em recursos naturais e biodiversidade; populações culturalmente diversificadas; e níveis de desenvolvimento e industrialização similares. Ao mesmo tempo, enfrentam o desafio de promover o desenvol-



Celso Amorim: "Diplomacia brasileira vive momento de grande dinamismo"

vimento com justiça social. A constituição do bloco é recente (ele foi estabelecido há pouco mais de um ano, em junho de 2003), mas a coordenação política entre os três países já se tem materializado em foros multilaterais, com sucesso. Por seu caráter extra-regional, a articulação entre Brasil, Índia e África do Sul traz em si grande expectativa de irradiação junto a países do Sul. Juntos, os três países verão reforçadas suas posições comuns em negociações multilaterais, ao mesmo tempo em que poderão oferecer contribuição significativa para a incorporação dos pontos de vista dos países em desenvolvimento na agenda internacional. A confiança e a facilidade do diálogo entre o Brasil, a Índia e a África do Sul foram decisivas, por exemplo, no processo de estabelecimento do G-20. Embora não participe do IBAS, temos com a China uma relação estratégica, aprofundada durante a recente visita do presidente Lula ao país. O mesmo acontece com a Rússia, com quem partilhemos interesses comerciais e políticos. Tem havido contatos frequentes entre os presidentes Lula e Putin, que visitará o Brasil em novembro.

A Classe Operária: *Como o senhor vê a situação atual da América Latina?*

Celso Amorim: A América Latina permanece uma região marcada pela cooperação e pela democracia, o que lhe assegura relativa imunidade a situações de conflito. Episódios de instabilidade, como os acontecimentos na Bolívia, no ano passado, ou a situação da Venezuela, têm sido resolvidos por canais democráticos, com pleno respeito às instituições. Obviamente há situações que nos preocupam, como é o caso da Colômbia. O Brasil tem procurado atuar, sempre que solicitado, com base na convicção de que a adesão ao princípio da não-interferência nos assuntos internos de outros países não deve implicar uma postura de indiferença perante países próximos a nós. Em todos os casos, a participação e o apoio de países latino-

americanos reforçam o compromisso da região com a solução pacífica e negociada de situações de conflito. A única situação recente a merecer a atenção do Conselho de Segurança do ONU é a do Haiti. Também nesse caso, a força de paz, liderada pelo Brasil, conta com substantiva participação de países da área, como o Chile, a Argentina e o Uruguai.

A Classe Operária: *O Cone Sul, mais a Venezuela, poderão se integrar mais e fortalecer uma democracia social mais efetiva na região?*

Celso Amorim: A integração da América do Sul é uma prioridade do Governo do presidente Lula. Acreditamos que a aproximação entre os países do continente é o melhor caminho para a construção de uma América do Sul democrática, próspera e justa. Precisamos de mais integração. Mais integração comercial, como a que estamos construindo com a rede de acordos do Mercosul com os parceiros da região. Mais integração física, com obras de infra-estrutura que eliminem os obstáculos que ainda existem à circulação de bens e pessoas entre nossos países. Mais integração política, com o aumento dos contatos entre nossos governos e nossas sociedades. E mais integração social e humana, com a troca de experiências no combate à pobreza e a fome e à promoção da justiça social. A iniciativa de aproximar a Venezuela do Mercosul, aliada a outros movimentos de integração, como a conclusão do acordo comercial entre a Comunidade Andina e o Mercosul são passos que já nos permitem vislumbrar o surgimento de uma Comunidade Sul-americana de Nações.

A Classe Operária: *E como deve ficar nossa relação com Cuba?*

Celso Amorim: O Brasil mantém firme posição em defesa do levantamento do embargo econômico unilateral imposto pelos Estados Unidos a Cuba, e rejeita qualquer tentativa de aplicação extraterritorial de normas

legais nacionais para fins de enrijecimento do bloqueio. A política de isolamento não é construtiva. Ao invés de propiciar soluções duráveis e aceitáveis, o embargo econômico alimenta ressentimentos e submete a população cubana a graves e injustificadas privações materiais. A essência da posição brasileira é a convicção de que se deve encorajar uma inserção crescente de Cuba no contexto regional. Com esse objetivo em mente, estamos explorando caminhos como o de estabelecimento de um diálogo com Cuba, que propus à reunião ministerial do Grupo do Rio, em Brasília, no último dia 19.

A Classe Operária: *Qual sua opinião sobre o papel hegemônico (militar, político e econômico) dos EUA e seu principal aliado, a Grã-Bretanha, em todo o mundo?*

Celso Amorim: O Brasil acredita que uma ordem internacional baseada no multilateralismo tem melhores condições de promover a paz e o desenvolvimento das nações. Essa é uma das razões pelas quais defendemos uma reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que contemple a admissão de países em desenvolvimento como membros permanentes. No entanto, para funcionar adequadamente, o multilateralismo deve assentar-se sobre uma dinâmica multipolar. O fato de um país possuir indiscutível preeminência militar, como é o caso dos EUA, não significa que deva prescindir de outras visões de mundo. O caso do Iraque é ilustrativo dos limites das ações unilaterais. O Conselho de Segurança detém a prerrogativa de zelar pela paz e segurança internacionais. As ações militares que não contam com o aval do Conselho carecem da legitimidade necessária para alcançar os objetivos de promoção da paz e da segurança que todos desejamos.

A Classe Operária: *O senhor poderia enumerar algumas das conquistas da política externa brasileira sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?*

Celso Amorim: A política externa brasileira traduz, no plano das relações internacionais, as preocupações do Governo Lula com o fortalecimento da democracia e a promoção do desenvolvimento econômico com justiça social. Estamos buscando melhores condições de competição e novos mercados para nossas exportações; queremos atrair investimentos produtivos; e defendemos um espaço regulatório multilateral justo e equilibrado. Embora qualquer lista de resultados seja, necessariamente, incompleta, gostaria de destacar alguns dos movimentos mais importantes nos últimos 19 meses: o aprofundamento de nossas relações com os países da América do Sul, e a concretização de projetos de infra-estrutura na região; a revitalização do Mercosul, em particular na face de sua atuação externa; o equacionamento de situações de crise, como as da Bolívia e da Venezuela; a renovação de nossa política para a África; a constituição do G-20, que está mudando a dinâmica das relações multilaterais de comércio, e o consequente desbloqueio das negociações da Rodada de Doha; e, mais recentemente, criando o papel do Brasil, da Força de Paz da ONU no Haiti.

HISTÓRIA COMUNISTA NO CINEMA

Olga volta ao Brasil

*Aquela seria "uma missão a mais";
foi a missão de sua vida*

ANA MARIA PRESTES*

Quando me pediram para escrever sobre o filme *Olga*, confesso que hesitei, pensei, mas acabei aceitando o desafio. Afinal, me despojar da carga pessoal e emocional que marcam minha relação com esse "mito" do movimento revolucionário internacional não era uma tarefa das mais fáceis. Sua história, sua personalidade, sua luta por um mundo melhor e justo sempre foram uma referência na minha vida. Na minha infância, eu tinha até uma resposta treinada, que saía automática quando me perguntavam: "Mas você é neta da Olga?" E eu dizia: "Não, a Olga foi a primeira esposa do meu avô, ela morreu em um campo de concentração na Alemanha por ser uma líder comunista que tentou ajudar a revolução no Brasil."

Somente mais tarde, lendo o livro de Fernando Moraes, *Olga*, que serviu de fio condutor ao filme, pude perceber a dimensão extraordinária desta revolucionária, que não cabia na minha resposta automática.

O filme de Jayme Monjardim retrata a vida desta eterna jovem comunista, referência para as gerações passadas e as futuras, que se immortalizou com sua morte. Sob este aspecto é impossível não contar o final do filme, que me perdoem os que por acaso não conheçam seu desfecho, pois este é seu mote principal, o fim dramático de uma jovem capaz de se entregar completamente à luta revolucionária de seu tempo. Ao assistir o filme de uma história da qual já



Camila interpreta Olga, no filme de Monjardim

se conhece o fim, estamos ávidos pelo "recheio", pela trama, pelo conteúdo. É quando encontramos o drama que entrelaça as vidas de Olga Benário (Camila Morgado) e Luiz Carlos Prestes (Caco Ciocler).

A Olga real e a ficcional se misturam no filme. Digamos que as referências sobre sua personalidade, suas maneiras e trejeitos não são tão abundantes. Além da biografia da amiga, Ruth Werner, da biografia de Fernando Moraes e das cartas trocadas com Prestes e Leocádia (mãe de Prestes) e enviadas para a filha Anita Leocádia, é difícil encontrar outras fontes que revelem seu comportamento e sua personalidade. O que possibilitou uma maior liberdade de criação da personagem. O diretor também se aventurou na representação de situações e diálogos que jamais saberemos como se deram de fato.

Assim foi com a primeira noite de amor entre Olga e Prestes e com os diálogos entre o comunista e Filinto Müller, oficial expulso da Coluna Prestes e depois chefe da polícia do governo Vargas.

Filha de uma família alemã e judia, já na adolescência se reconhecia em Olga o desprezo pela mediocridade, pelos hábitos pequeno-burgueses e pela dissimulação frente às injustiças do mundo. Aos quinze anos, já era da Juventude do Partido Comunista Alemão. De sua ação na Alemanha para o reconhecimento como liderança na Juventude Comunista Internacional em Moscou (KIM) foi um passo, alçado pelo seu principal feito, a libertação de seu namorado, o professor Otto Braun, de um julgamento em Moabit. No coroamento em Moscou, ao contrário do livro, o filme não retrata bem a Olga, um pouco nervosa, chamada para falar pela primeira vez em um congresso da KIM para relatar o famoso resgate. Na cena, dificilmente reconhecemos um auditório da então União Soviética, com as sempre presentes imagens de Marx, Engels e Lênin e o "Ura Tavarish" (Viva camaradas), esbravejado por Olga após a belíssima cena em que se canta a Internacional Comunista, o que não condiz com o: "Viva a Revolução", tal como traduzido na legenda.

A jovem, que tão rapidamente se forjara uma liderança do movimento comunista internacional, recebe então a missão de acompanhar e fazer a segurança do líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes. Corria o ano de 1935 e, na avaliação de Prestes e do Partido Comunista do Brasil (PCB), estavam dadas as condições para se realizar uma revolução e derrubar Vargas. A

ação revolucionária e sua derrota são tratadas de forma bastante superficial, o que já se esperava de um filme que desde o princípio se anunciava como tendo centro na dramaticidade dos fatos e no romance entre os dois protagonistas.

A jovem que se dizia "casada" com o Partido e a revolução, que não se imaginava ligada a um homem e constituindo família,

acaba se apaixonando pelo líder revolucionário. Da paixão, que nasce na viagem ao Brasil, à separação definitiva na prisão, o filme se desdobra em cenas românticas e envolventes que criam nos espectadores maior ansiedade e temor frente ao desenlace inescapável e fatal. A gravidez, a deportação para a Alemanha Nazista, o trabalho forçado no campo de concentração, a separação da filha ainda bebê, nada parecia destruir a convicção desta mulher. Em nenhum momento ela parece perder a esperança de reencontrar a filha, o amado e a vida revolucionária. Mesmo a preparação para a morte tem uma conotação de coragem e desprendimento, nada que se assemelhe à rendição ou entrega.

O retorno de Olga ao Brasil, através do filme, é arrebatador. Com todas as críticas que podem ser tecidas sobre os aspectos técnicos e cinematográficos, nada pode retirar o encanto do filme que reinterpreta Olga Benário aos brasileiros. Até mesmo a similaridade com a forma "novelesca" aproxima mais a heroína do povo brasileiro, tão acostumado e familiarizado com o estilo. Certamente será visto por milhões. Por vezes, afrontados pelo poder da mídia dominante para pautar o que lhe convém, nos deparamos com toda a publicidade, a massificação e o esbanjamento dos recursos "globais" de divulgação do filme. Mas também aos revolucionários não

convém que o povo finalmente se defronte com seus heróis? É preciso reconhecer que tamanha publicidade descortina um momento propício para a divulgação das idéias socialistas que motivaram Olga, Che e os guerrilheiros do Araguaia, protagonistas de três filmes produzidos recentemente.

Pela repercussão já alcançada, o Brasil recebeu Olga de braços abertos. Este encontro estava por vir, mais cedo ou mais tarde. É o reencontro com a história e a justiça de propósitos de uma revolucionária que fez do que parecia ser "mais uma missão" a missão de sua vida. Bem-vinda de volta, Olga.

encontro estava por vir, mais cedo ou mais tarde. É o reencontro com a história e a justiça de propósitos de uma revolucionária que fez do que parecia ser "mais uma missão" a missão de sua vida. Bem-vinda de volta, Olga.

*membro do Comitê Estadual do PCdoB/MG, da direção da UJS e mestranda em Ciência Política pela UFMG



Olga Benario



Luiz Carlos Prestes

Araguaya tem prêmio especial em Gramado

O filme de Ronaldo Duque ganha o Prêmio Especial do Júri no festival de Gramado

Deu guerrilha em Gramado: entre os premiados deste ano está *Araguaya - A conspiração do silêncio*, de Ronaldo Duque, que retrata a resistência à ditadura militar organizada pelo PCdoB no sul do Pará e recebeu o Prêmio Especial do Júri. *Vida de Menina* foi eleito o melhor filme (que também levou os prêmios de

melhor roteiro, melhor fotografia, melhor trilha sonora, melhor direção de arte, e prêmio do júri popular). Outro filme que teve destaque em Gramado foi *Filhas do Vento* (que levou os prêmios de melhor diretor, melhor ator, melhor atriz, melhor ator coadjuvante, melhor atriz coadjuvante, e o prêmio da crítica).

Com *Araguaya - A conspiração do silêncio*, o cinema retrata uma história ainda muito desconhecida do grande público, mas que faz parte da epopéia recente dos brasileiros: a resistência armada na selva amazônica. Danton Mello, que vive o guerrilheiro Zé Carlos (André Grabois) no filme de Ronaldo Duque, revelou seu

prazer em ter participado do projeto: "É muito bacana contar nossa história através do cinema. É interessante que se traga esses temas para as telas, ainda mais por se tratar de um período muito difícil da ditadura".

Para encarnar o Zé Carlos, Mello passou por um duro treinamento militar, que incluiu aulas de tiro e sobrevivência na selva. "Ficamos 12 semanas no meio do mato. Foi muito difícil". A produção do filme também teve grandes dificuldades em coletar informações sobre o assunto, considerado proibido ainda por muitos moradores da região. "Quase todos os rebeldes morreram. Muito poucos se salvaram", lembra o ator.

Durante as filmagens, a equipe teve que adequar seus horários à estação chuvosa em Belém. "Todos os dias fazíamos um lanche ao meio dia, para não perder tempo. Depois das cinco da tarde era impossível filmar", revela Danton.

As dificuldades enfrentadas acabaram por unir elenco e equipe técnica, que se tornaram grandes amigos. "A situação vivida pelas personagens acabou, tomando conta de tudo, ficando todos unidos", revela Danton.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito C D V A

Nº.: _____

Validade: ____/____ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. _____

Depósito em conta corrente
Banco do Brasil
Ag. 2806-9 C/C 7825-5

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ELEIÇÃO 2004

A maior campanha comunista

É possível atingir os objetivos eleitorais do PCdoB e garantir o programa político do Partido, mas é preciso reforçar a capacidade de amarração de votos

WALTER SORRENTINO*

Com o início do programa eleitoral nas emissoras de rádio e TV, começa o último tempo da disputa eleitoral, que galvaniza o debate, decanta as preferências e vai forjando a definição do eleitor em torno dos candidatos.

Como tem ressaltado Renato Rabelo, na batalha eleitoral estão em disputa os campos de sustentação do governo e o da oposição conservadora. Com a retomada do desenvolvimento econômico, há ventos mais favoráveis para os que apóiam Lula. Na imensa maioria das capitais a disputa deve ir ao segundo turno, o que exigirá redefinições políticas e de campanha. O PCdoB, afirma Rabelo, pode e precisa galgar posições nesse terreno, e a eleição de prefeitos em capitais define o principal objetivo para isso, ao lado de reforçar sua representação de vereadores.

Em várias cidades e capitais o PCdoB se apresenta ao eleitorado com nominatas próprias e amplas para vereador; o Partido atua em nova escala. Os aliados também vêm crescendo, principalmente o PT. A disputa é dura. Chegar ao eleitor, articulá-lo com a campanha, mantê-lo fiel ao voto, é batalha que só termina na urna eletrônica. Nossa campanha usa como indicadores o envolvimento militante do conjunto do Partido, a capacidade de cada candidato ampliar sua campanha agregando setores novos e tradicionais, a força dos comandos políticos de campanha de cada candidato, o volume de pessoas comprometida com a operação cotidiana de cada cam-

panha, a quantidade de materiais impressos e o volume visual de cada uma pela cidade. É um método que mensura a progressão semanal de cada campanha.

O Partido acumulou boa experiência de campanha nas últimas eleições mas, apesar disso, emergem problemas novos. Um deles, central mas pouco sistematizado, é a necessidade de, mesmo com chapas amplas, ser priorizado o projeto político unificado do Partido, indo além dos projetos próprios de cada candidato. Uma das principais implicações desta exigência — que caracteriza a política comunista e a distingue das práticas dos demais partidos políticos — é a necessidade de as direções partidárias nacional, estaduais e municipais fixarem as prioridades que todos os militantes devem seguir. Para os comunistas, é bom insistir, a batalha eleitoral é uma forma de luta.

Outra questão é que, hoje, o Partido realiza campanha nos marcos de candidaturas majoritárias que já são governo e que estão avançadas nas pesquisas. Isso afeta seu discurso. Mostra-se justa a indicação de articular as propostas para a população e a cidade com a denúncia do legado de FHC, que condenou o país à estagnação, e com a ampliação da sustentação a Lula com a política e feição própria comunistas. É importante apresentar as proposições para parcelas largas da população. O Partido é visto como governo pela sociedade. Na disputa proporcional, não bastará apenas o segmento tradi-

cional de representação do PCdoB, que tem de ultrapassar seus marcos de votação.

Um outro problema é dar densidade eleitoral de candidatos que têm maior potencial de votos. As chapas amplas nem sempre têm extraordinários puxadores de votos, já comprovados nas urnas. Além disso, é dispersada a tradicional capacidade de montar comandos concentrados com quadros experientes de direção de campanha comunista. Por isso, as campanhas de vereador demandam maior profissionalismo nas áreas de comunicação, propaganda, infra-estrutura, relacionamento etc. e de uma criteriosa construção do comando de campanha.

Surge também, de forma bastante saliente, a questão do voto 65 para vereador, enquanto em várias capitais e cidades a campanha majoritária indica o voto 13. Em Belo Horizonte, por exemplo, a campanha majoritária espalhou painéis em toda a cidade pedindo o voto 13 para vereador, e lá não há grande tradição de voto na legenda 65 nas eleições municipais.

O voto amarrado, fruto do enraizamento de trabalho do Partido e do candidato, é o mais seguro e precisa ser ampliado. É preciso um amplo esforço de esclarecimento em busca do voto de opinião, normalmente mais disperso, em consonância com a imagem do PCdoB. O programa de TV é o instrumento por excelência para isso, e nele esse voto precisa ser puxado por intermédio de candidaturas com esse perfil político. Por is-

so, a distribuição dos candidatos na TV precisa seguir critérios apropriados a cada um, de acordo com o projeto político fixado pela direção do Partido.

Todos esses movimentos só se tornam possíveis com nova escala na arrecadação de recursos. Finanças de campanha são extensão direta da ação política do Partido, que hoje tem bases amplas, interessadas no projeto de desenvolvimento, na melhoria das condições da cidade, no fortalecimento de uma agremiação como o PCdoB, de claro compromisso político e ético no trato da coisa pública. Envolve relações políticas largas e é atividade indelegável dos dirigentes e parlamentares do Partido.

O PCdoB faz a maior campanha eleitoral de sua história. Pode ter o maior índice relativo de incremento de força política e eleitoral se puser em tensão suas forças, eleger prefeitos nas cidades onde disputa e triplicar o número de vereadores eleitos quatro anos atrás.

É possível atingir os objetivos eleitorais do PCdoB, mas outra escala de campanha é necessária. Isso envolve alimentar e multiplicar o que está sendo feito, principalmente reforçar a capacidade de amarração de votos. A larga infantaria de campanha nas ruas exige forte infra-estrutura. Invoca concentrar corretamente recursos humanos experientes em campanha nas candidaturas com maior potencial de votos. Dar volume maior às campanhas passa a ser crucial. Apontou-se como instrumentos por excelência para isso o programa de TV, utilizando a presença dos ministros Aldo Rebelo e Agnelo Queiroz, além de lideranças desses estados e o reforço inaudito do volume publicitário (painéis fixos, painéis eletrônicos, tropa permanente de campanha nas grandes concentrações, bandeiras, camisetas etc.). Por último, indicou-se um grande investimento na área de relacionamento, com telemarketing e mala direta, comprovadamente instrumentos poderosos de campanha.

*Secretário Nacional de Organização do PCdoB

ERA VARGAS

Desafio recolocado

Cinqüentenário do suicídio de Getúlio permite o debate sobre o passado e o futuro do Brasil

OSVALDO BERTOLINO*

Quando Getúlio Vargas chegou ao Palácio do Catete, em 1930, o país inaugurou uma nova era. O líder da revolução representava os tenentes rebeldes que promoveram dois levantes e uma marcha histórica — a Coluna Prestes — na década de 20 contra a República Velha. Até então, o país era essencialmente rural — apenas 10% do Produto Interno Bruto (PIB) era industrial. Um ano após o esquife de Vargas deixar o Catete, 24 anos depois — ele foi deposto em 1945 e voltou à Presidência da República, eleito pelo voto popular em 1950 —, a produção industrial representava 30% do PIB.

Vargas alterou o papel do Estado. Antes, o Estado comprava o café para preservar os fazendeiros de eventuais problemas na produção e da oscilação de preços no exterior. O novo presidente optou pela intervenção do Estado para promover o desenvolvimento industrial. De 1932 a 1937, o PIB cresceu, em média, 7% ao ano. Depois, o Estado construiu empresas estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, e criou uma vasta legislação trabalhista — e social ainda em vigor — a CLT. No seu segundo governo, Vargas criou a Petrobras e

fundou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

No período, o movimento operário avançava e sua liderança — o Partido Comunista do Brasil — via a revolução de 30 como algo que deveria ser substituído por um governo “apoiado em sovietes de operários e camponeses”, avaliação que evoluiu para o levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935. A oligarquia paulista promoveu a guerra civil de 1932 pela constitucionalização. Dois anos depois, uma assembleia eleita pelo povo promulgou a nova Constituição. Como resposta ao levante de 1935, Vargas desencadeou a repressão e, mais tarde — em 1937 —, instaurou a ditadura do Estado Novo.

Mesmo antes da ditadura aberta, seu governo investiu com fúria — a partir de 1935 — contra os comunistas, repressão mantida até a hábil política do então PCB de propor, na década de 1940, a “união nacional” contra o nazifascismo — palavra de ordem logo associada à defesa da democracia. O governo se dividiu. Com forte apoio dos comunistas, foi criada a Força Expedicionária Brasileira, que combateu o fascismo na Europa. Essas posturas democráticas e a vitória

dos aliados fizeram de Vargas um campeão de popularidade.

Quando voltou ao governo, em 1951, Vargas fez um governo dúbio: por um lado, cedeu aos setores conservadores da sociedade, inclusive das Forças Armadas; por outro, buscou fazer um governo democrático. Seu governo impulsionou a industrialização, enfrentou a crise econômica e procurou atrair o apoio dos trabalhadores. O ministro do Trabalho, João Goulart, propôs um reajuste de 100% no salário mínimo, sofreu um violento ataque de militares reacionários e caiu — mas Vargas bancou a proposta e concedeu o reajuste. O governo também criou uma lei de remessa de lucros para obrigar as empresas estrangeiras a investir no país. Violentamente atacado pela direita, Vargas respondeu ao ultimato para que renunciasse dizendo que só sairia do Catete morto — como de fato aconteceu.

O golpe militar de 1964 foi uma reação conservadora principalmente contra os aspectos democráticos e nacionalistas da chamada “era Vargas”, contra a democracia que se ampliava e consolidava. Mas mesmo os militares não puderam eliminar o traço fundamental da economia varguista, a intervenção do Estado no desenvolvimento do país. Encerrado o período militar, o desafio sempre foi o de operar um novo ciclo de crescimento com outras premissas. Com Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, o objetivo foi justamente afastar qualquer tentativas de intervenção estatal na economia, restaurando,



Getúlio: busca de caminho para o desenvolvimento

sob a designação de neoliberalismo, os dogmas liberais que dominaram até 1930 e que foram superados desde então sob os governos comandados por Getúlio Vargas.

O desafio e o mesmo embate estão recolocados hoje, quando urge restaurar não só a capacidade de investimento do Estado, como instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento do país, mas — mais grave ainda — reconstruir os instrumentos de soberania nacional que foram desmontados sob os mandatos de Collor e FHC, como a autonomia na condução da política econômica e uma política externa que atenda às necessidades e aos interesses do país e seu povo. Desafio que atualiza a mesma necessidade enfrentada por Getúlio Vargas — a construção de um rumo autônomo, nacionalista e democrático de desenvolvimento. Daí a atualidade de seu legado, atestada pelo in-

*colaborou José Carlos Ruy

ELEIÇÕES 2004

PCdoB de Norte a Sul

Com candidaturas de Manaus a Ijuí, o Partido Comunista marca presença na programação eleitoral, em sua maior campanha em eleições municipais

PRISCILA LOBREGATTE

Em 82 anos de história, o PCdoB nunca teve tantos candidatos numa mesma eleição. São 106 à prefeitura, 166 a vice e 4.722 a vereador, espalhados pelo Brasil. O bom desempenho do governo Lula e o apoio do Partido ao presidente têm sido fatores importantes para o crescimento das candidaturas do PCdoB. O sentimento de mudança e o desejo de consonância com o poder central em busca de um modelo uniforme de desenvolvimento nacional influenciam diretamente a opinião pública.

Outro ponto importante que marca a campanha dos comunistas é a preocupação com o atendimento às reais demandas populares. Por conta disso, as campanhas de rádio e televisão dos candidatos do PCdoB têm priorizado a discussão dos planos de governo e das propostas para os problemas locais. O alto nível das programações agrada à população, interessada mais em soluções do que nas trocas de farpas entre os candidatos. Iniciada no dia 17, a campanha em rádio e tevê se estenderá até 30 de setembro. Essa é a fase mais importante para a definição do quadro eleitoral e o contato corpo-a-corpo com o povo — principal marca das campanhas comunistas — confirma que a tática do Partido está dando certo: o programa eleitoral se transformou numa ferramenta de formação dos eleitores com base em propostas concretas e o resultado é que, nas ruas, a população aprova o resultado.

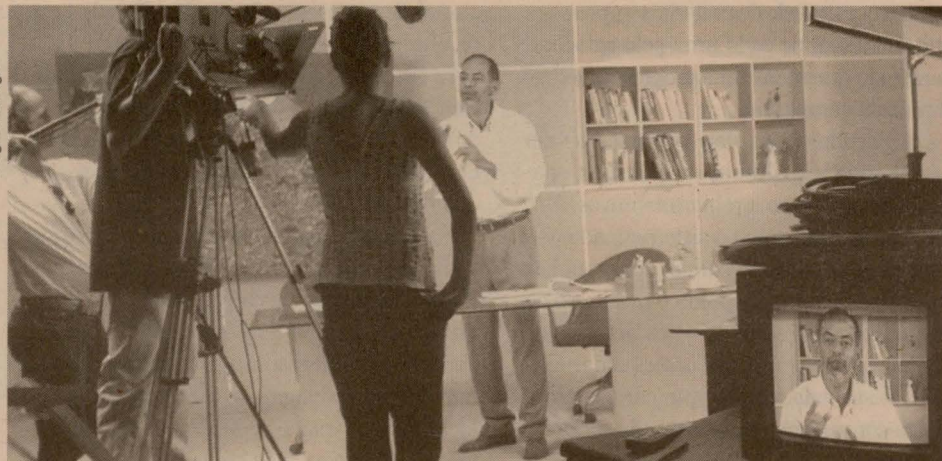
Clima quente em Manaus

Na capital amazonense, a candidatura de Vanessa Gazziotin, da coligação Manaus Melhor (PCdoB, PL, PT, PCB, PRTB e PTdoB) representa o contra-ponto à permanência da elite local no poder, liderada por Amazonino Mendes, candidato do PFL à prefeitura. O envolvimento de Amazonino com uma quadrilha que desviava dinheiro público por meio de licitações fraudulentas, descoberta pela Polícia Federal, foi o assunto da última semana em Manaus. Em sua defesa, Amazonino usou seu programa e aproveitou o horário para conchamar a população a boicotar o jornal "A Crítica", diário de maior circulação do estado, que tem dado cobertura às denúncias. Em seguida, o advogado Daniel Nogueira, da coligação Manaus Melhor, entrou com uma representação no TRE para que a chapa de Amazonino seja punida pelo uso indevido do espaço destinado à propaganda eleitoral. Em um dos programas da coligação Manaus Melhor o deputado estadual Eron Bezerra (PCdoB) mostrou aos eleitores que a atividade contra os interesses da capital vem de longe, protegido até aqui pela impunidade.

Durante os primeiros programas eleitorais, Vanessa ressaltou suas ações em prol do Amazonas e os sinais de reaquecimento da economia brasileira. Vanessa também destacou a atitude do governo em prorrogar a Zona Franca de Manaus até 2023, a partir de uma proposta feita por ela e cuja aprovação tem garantido um nível de emprego em Manaus bem mais elevado do que no restante do país.

Fortaleza conhece, a gente acredita

Antes de iniciada a propaganda eleitoral em tevê e rádio, Inácio Arruda já liderava



Inácio, candidato da coligação liderada pelo PCdoB em Fortaleza, grava programa de TV

a corrida pela prefeitura de Fortaleza. Em pesquisa realizada entre os dias 9 e 11 de agosto, pela TV Verdes Mares, o candidato comunista estava à frente com 26% das intenções de votos. A segunda e mais importante fase da campanha começa agora, com perspectivas positivas. A propaganda da coligação "Nossa Fortaleza", formada por PCdoB, PPS, PL, PMN, PRONA e PCB, com Paulo Linhares para vice, prioriza questões importantes para o desenvolvimento local. Na capital cearense, segundo pesquisa realizada pelo IBOPE, cerca de 80% da população deseja mudança. Arruda e Linhares têm respondido a essa vontade ao apresentar projetos como gestão participativa e democrática, desenvolvimento sustentável e geração de oportunidades, ampliação e estruturação da rede de escolas, aumento do período de atendimento nos postos de saúde e a distribuição de medicamentos básicos, entre outros. Ainda que o tempo seja curto — a coligação tem 3 minutos e 23 segundos —, a programação tem conseguido mostrar o plano de governo, a história do candidato e o debate, facilitando a aproximação com o eleitorado e a compreensão da política comunista de valorização social que Inácio deseja pôr em prática.

A segurança que Teresina quer

Delegado da Polícia Federal e com forte atuação na luta contra o crime organizado, a prioridade do candidato comunista à prefeitura de Teresina, Robert Rios é o combate à violência. Uma das propostas apresentadas durante a propaganda eleitoral é a municipalização da responsabilidade sobre a segurança pública. Para implementar o projeto, Rios propõe, por exemplo, a criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e a criação de postos comunitários de policiamento nos bairros. Em 2 minutos e 16 segundos de tempo no rádio e na televisão, a equipe intercala as propostas do candidato com sua história pública, além de criar um momento de interação, quando a população coloca suas necessidades e o candidato responde como resolvê-los. Para Rios, "esse início de campanha

de rádio e tevê alimenta nossas expectativas quanto ao crescimento de nossa candidatura. Estamos trabalhando segundo os valores históricos do PCdoB e buscando atuar junto com a população para uma Teresina melhor".

Tá na hora de cariocar

Jandira Feghali começou sua campanha na televisão com uma homenagem à dirigente comunista Elza Monnerat, morta dia 11; mostrou também desenvoltura musical tocando uma bateria. Formada em Medicina e intimamente ligada à área, a candidata focou seu programa de governo na melhoria do sistema de saúde, uma das principais deficiências da gestão César Maia. Ao apontar as mazelas da população, a candidata comunista mostrou a falsidade da imagem de bom administrador de César Maia. Durante a programação, afirma Jandira, "vamos apresentar as necessidades e angústias do povo carioca após a administração do atual prefeito e mostrar as formas de transformamos nossa cidade na capital da saúde, do trabalho e da qualidade de vida". Conforme explica Ana Rocha, presidente do PCdoB - RJ, "nas ruas, a campanha tem grande receptividade e o que percebemos é que tratar da saúde tem grande impacto numa cidade em que faltam exames, material e remédios".

Olinda melhor ainda com Luciana

Em Olinda, a prefeita Luciana Santos busca a reeleição. E a melhor maneira de ganhar é mostrar os benefícios que sua gestão proporcionou à cidade. A coordenação da campanha aproveita os 9 minutos e 30 segundos do tempo de tevê fixando-se principalmente em mostrar a continuidade que Luciana pretende dar aos projetos iniciados, como a prioridade ao atendimento da parcela mais pobre da população, ações de inclusão social, cuidados com a criança e o adolescente e valorização do patrimônio e da cultura locais. Além disso, a candidata continuará as obras de infra-estrutura que estão mudando a cara da periferia. Luciana inves-

tiu em áreas de risco, na limpeza de lagoas, na implantação da Defesa Civil, na construção de arrimos e na microdrenagem nos morros. Outro ponto forte da atual gestão, encarado como bandeira para a reeleição, é o resgate da tradição e cultura da cidade, com a volta dos antigos carnavais, a abertura de ateliês e a democratização do cinema pelo projeto Cinema na Praça. "Estamos fazendo coisas que nenhum prefeito fez. Há quase dez anos não se construiu uma casa popular na cidade e nós o fizemos, por exemplo", diz Luciana Santos.

Com um programa sério e o resultado real de sua administração, a candidata vem ganhando espaço em relação à sua principal opositora. Jacilda Urquiza (PMDB), ex-prefeita da cidade, ficou negativamente marcada por responder na Justiça a processos por improbidade administrativa, além de ter sido apontada em abril, pela imprensa, como campeã de irregularidades em gestões municipais.

Chaparral, meu voto é pra você

A forte ligação entre a população de Barra do Garças e Chaparral e o plano de governo desenvolvido pelo candidato são as tônicas da campanha comunista na cidade mato-grossense. Zózimo Chaparral encabeça a coligação "Barra de todos, Barra melhor", formada por PCdoB, PT, PSB e PTB, além do PSDB, partido de sua candidata a vice, Márcia Valoes. A ampla base possibilitou o maior tempo de propaganda da cidade. São 11 minutos e 23 segundos, divididos entre plano de governo, a história do candidato e o apoio de políticos e lideranças. Mas o forte da campanha é o contato popular, especialmente levando às ruas o plano de governo. Montado a partir de pesquisas que demonstraram as principais carências da cidade, o programa indica quais são as prioridades de Chaparral. A meta é fazer com que o plano chegue a pelo menos 70% da população. Recentemente, mulheres que apóiam a candidatura de Chaparral realizaram um jantar, reunindo cerca de 1.500 pessoas. A ocasião serviu para a apresentação do plano de governo e para a consolidação da candidatura entre as mulheres.

A mudança segura para Ijuí

Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem 78 mil habitantes, 56 mil eleitores e uma economia baseada principalmente na agricultura. Preocupada em resolver os principais problemas do município — como saúde, infra-estrutura e saneamento — a propaganda do candidato Júnior Piaia, do PCdoB, que compõe a chapa "Frente Popular" (PCdoB, PT, partido do vice José Luís Bressam, e PL) explora diálogos com os eleitores, colocando em pauta as necessidades da população. A cidade dispõe apenas de programa eleitoral pelo rádio e, em um deles, Piaia recebeu o apoio do ministro da Educação, Tarso Genro. O objetivo da propaganda eleitoral é levar reflexão sobre aspectos importantes para Ijuí. Entre as propostas colocadas pelo candidato está a criação de postos de saúde que funcionem após as horas, a criação de um posto de saúde e a criação de um posto central que fique aberto até as 23 horas, ampliando o atendimento à população, especialmente aos trabalhadores.



Luciana e João Paulo (ao centro) em campanha

ELEIÇÃO 2004

Manaus: Vice de Amazonino é denunciado por corrupção e outros crimes

Má notícia para a candidatura Amazonino Mendes (PFL) em Manaus: a Operação Albratroz, da Polícia Federal denunciou, no dia 24, seu vice, o vereador Bosco Saraiva (PPS) por formação de quadrilha, fraude em licitação e advocacia administrativa (utilização do cargo público para o favorecimento próprio ou de terceiros). Desencadeada no dia 9, a Operação Albratroz, da PF, descobriu o desvio de mais de R\$ 500 milhões dos cofres do Amazonas em fraudes nas licitações realizadas nos últimos dois anos e prendeu vinte pessoas. Entre os presos estão, por exemplo, Alfredo Paes, ex-secretário de fazenda do governador Eduardo Braga (PPS) e de gestões anteriores de Amazonino. Outro vereador do PPS, Ary Moutinho, candidato à reeleição e ex-chefe da Casa Civil de Eduardo Braga, foi denunciado pelos mesmos crimes de Bosco Saraiva. Ambos prestaram depoimento na sede da PF. Além deles, o deputado estadual Antônio Cordeiro — que saiu do PFL logo depois de se reeleger em 2002, pediu filiação ao PPS, e atualmente está sem partido — é apontado pela Polícia Federal como o chefe

da quadrilha. Na casa dele foram encontrados milhões de reais em dinheiro e jóias. Como tem imunidade parlamentar, Cordeiro não pôde ser preso.

Censura Prévia

A coligação PCdoB, PL e PT ingressou com um mandato de segurança no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas acusando os juizes da coordenação de fiscalização do TRE de fazerem "censura prévia" nos programas eleitorais antes de eles irem ao ar. O TRE está editando e transmitindo de sua própria sede os programas eleitorais dos candidatos a vereador e a prefeito para as emissoras de rádio e televisão, e a denúncia da coligação se baseia nos cortes que foram feitos na ilha de edição do tribunal em programas de duas candidatas de Manaus. Nos programas, elas veicularam imagens do adversário da coligação, o ex-governador e candidato a prefeito Amazonino Mendes (PFL), e do governador Eduardo Braga (PPS), que o apóia (Com César Wanderley, de Manaus).

João Pessoa: Esquerdas podem ganhar no primeiro turno

João Pessoa, capital da Paraíba, vive uma campanha para prefeito diferenciada e histórica este ano devido ao fato de que, pela primeira vez as forças de esquerda e o campo popular e democrático apresentam uma candidatura competitiva. Projeções de pesquisas de intenção de votos indicam a possibilidade de vitória já no primeiro turno do candidato da coligação "Decisão Popular", o deputado estadual Ricardo Coutinho (PSB), apoiado pelo PCdoB, PCB, PPS e PMDB, que é oposição na Paraíba, entre outras forças políticas que integram a coligação "Decisão Popular". As propostas de governo, que incluem a criação de uma agência contra a corrupção, implantação de um orçamento democrático, criação de subprefeituras e ampliação da faixa de atendimento às crianças

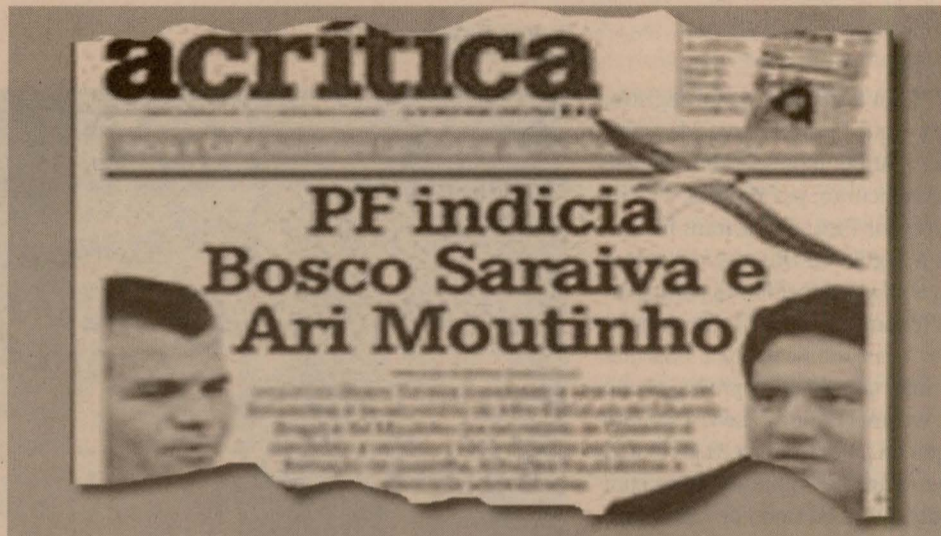
nas escolas municipais, surgiram a partir de seminários iniciados em agosto do ano passado, nos quais a população teve participação ativa. João Pessoa é uma capital com população acima de 600 mil habitantes, com problemas sociais crônicos resultantes do modelo nacional de concentração de renda, e também com muitas possibilidades de estabelecer um novo pólo de poder político e social a partir de uma candidatura construída com o apoio dos movimentos sociais, das entidades de classe e dos partidos populares e de esquerda. Ricardo Coutinho, 43 anos, é deputado estadual em segundo mandato. Ex-sindicalista, começou a vida política no movimento estudantil; na década de 80 integrou a direção da CUT na Paraíba e dirigiu o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde.

Pato Branco: o comunista Ceni cresce nas pesquisas

O vereador Nereu Ceni (PCdoB) é o único candidato a prefeito de Pato Branco, sudoeste do Paraná, a crescer na preferência do eleitorado, mostrou uma pesquisa da empresa BO & M, divulgada no começo de agosto, segundo a qual o candidato da coligação "De gente para gente" (PCdoB/PT/PPS) cresceu de 13 para 17 pontos em relação ao levantamento anterior, realizado em julho. Roberto Viganó (PSDB/PFL/PDT/PTB/PSDC/PV) perdeu dez pontos, de 44 para 34, enquanto Valmir

Dallacosta (PMDB/PP/PL/PSC) caiu sete pontos, de 34 para 27.

A subida animou o PCdoB, que aguarda novo crescimento após o início dos programas eleitorais de rádio e TV. A candidatura do PCdoB, PT e PPS está se beneficiando de desercões que vêm minando a candidatura do peemedebista Dallacosta, e que já perdeu setores importantes do PP e do PL, boa parte dos quais já está apoiando Ceni. Outra vantagem do candidato é a posição equidistante que o prefeito Clóvis Paduan vem mantendo.



O escândalo repercute na imprensa amazonense

Inácio Arruda lança propostas para gestão municipal

Dia 17 marcou o lançamento do plano de governo do candidato à prefeitura de Fortaleza, Inácio Arruda (PCdoB). O anúncio foi feito na Associação Comercial do Ceará e, durante o evento, Inácio destacou que o plano é resultado das "primeiras reflexões e propostas para administrar nossa capital. Um programa de governo construído ao longo de uma existência vivida nas lutas do povo". Segundo afirmou o candidato comunista, esse programa para uma nova Fortaleza é a síntese de uma experiência acumulada coletivamente e pronta a se converter na

força que a cidade requer para alavancar suas transformações. No programa há propostas para uma gestão democrática, participativa e de valorização do servidor municipal; finanças municipais; desenvolvimento sustentável e geração de oportunidades, bem como cultura e fomento ao turismo. Consta também do programa os itens segurança urbana e prevenção à violência e ainda desenvolvimento urbano e meio ambiente. Todos, com detalhamento das diretrizes e linhas de ação. Mas como enfatiza o candidato, "é apenas o início de um bom debate" (Inês Aparecida, de Fortaleza)

Maceió: comício de Marcelo Malta reúne mais de mil pessoas

O ato político-cultural de apoio à candidatura a vereador do comunista Marcelo Malta, que reuniu mais de mil pessoas no bairro histórico de Jaraguá, em Maceió, no dia 13, foi um dos mais expressivos eventos deste início de campanha proporcional na capital alagoana.

"Nossa candidatura dá continuidade à luta por um projeto nacional de desenvolvimento e inclusão social. Na Câmara Municipal de Maceió, vamos ser referência de apoio às políticas públicas nesse sentido. Por isso, nosso lema é Maceió vai mudar

com o Brasil", disse Marcelo. A presença de autoridades, como o secretário-executivo do Ministério de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Eduardo Bomfim, do secretário da Receita Estadual, Evandro Lobo, do secretário-adjunto da Indústria e do Comércio de Alagoas, Alberto Cabús, do Secretário Estadual de Cultura, Edberto Ticianelli, do deputado estadual Gilvan Barros, e do candidato majoritário Alberto Sexta-feira (PSB), além de lideranças de diversos segmentos da cidade sinalizou a representação ampla da candidatura.

Aracaju: Ibope indica vitória de Déda no primeiro turno

Pesquisa realizada pelo Ibope em Aracaju, divulgada em 24 de agosto pela TV Sergipe, revela que o atual prefeito, Marcelo Déda (PT) e seu vice, Edvaldo Nogueira (PCdoB), têm 53% das intenções de voto, e que venceriam no primeiro turno se a eleição fosse hoje. O Ibope entrevistou 406 pessoas e, conforme os dados do instituto, a deputada estadual Susana Azevedo

(PPS) seria a segunda colocada, com 20% das intenções de voto, seguida por Renato Sampaio (PRP), com 3%. O quarto colocado seria o deputado federal Jorge Alberto (PMDB), com 2%. Adelmo Macedo (PAN) e Vera Lúcia (PSDB) ficaram com 1% dos votos. Os votos em branco somariam 8%, e 12% não saberiam em quem votar (Indira Amaral, de Aracaju)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

OLIMPIADAS

Política no pódio

Não há evento social que não seja político

CARLOS POMPE

Foi Pausanias quem registrou que, em 884 antes de Cristo, Atílio, representando os helênicos; Licurgo, por Esparta, e Cleóstenes, por Pisa, declararam inviolável a região de Olímpia durante os jogos Atlas e intocáveis os participantes (chamados atletas) das competições. Uma atitude política. Dois meses antes do início das provas, território e competidores ficavam sob proteção da pax olímpica. O período de quatro anos entre uma e outra competição foi chamado de Olimpíada. Foram encontrados resultados dos jogos realizados pouco mais de um século depois, em 776 a.C.

Se, na origem, os jogos eram consagrados ao deus Zeus e proibidos para mulheres (a área em que eram realizados era exclusiva para homens e ocorriam festivais femininos nos quais os homens eram banidos, sendo o mais famoso o Heraean, em Argos), depois foram proibidos por serem "ritos pagãos" e, em 426 a.C., o imperador romano Teodósio II ordenou a destruição do templo de Zeus em Olímpia. As ruínas foram identificadas mais de 2 mil anos depois e inspiraram o francês Pierre de Fredi, barão de Coubertin, a reorganizar os jogos em 1896. A exemplo das disputas de mais de



Cartaz da Olimpíada de 1896

2 mil anos antes, as mulheres não puderam participar e, até nas atuais competições não alcançaram a igualdade, embora já repre-

sentem 40% dos 10.500 atletas inscritos (seis delegações continuam, por razões religiosas ou de outra ordem, sem nenhuma participante feminina).

Não há evento social que não seja político. Da origem dos jogos — quando batalhas militares eram suspensas durante sua realização — à cerimônia de abertura da 38ª edição dos jogos modernos, em 13 de agosto de 2004, quando o público vaiou a delegação estadunidense e aplaudiu em pé os atletas iraquianos, já que o Iraque está sob invasão dos EUA — foram inúmeros os protestos, as ações, as simbologias presentes. Há que contextualizá-los. São atletas, e não governos, que disputam os jogos. Alguns atletas assumem a prepotência de governos reacionários e, com empáfia, ostentam posturas discriminatórias e arrogantes, de natureza política ou até mesmo esportiva. Outros, aproveitam o evento para demonstrar suas convicções, como o iraniano que, neste ano, recusou-se a participar da prova em que o oponente seria um israelense, ou os norte-americanos que, em 1968, no México, ergueram seus punhos ou portaram boinas referentes ao Black Power, solidarizando-se com a luta pelos direitos civis em seu país.

O próprio Comitê Olímpico não se furtou a manifestações políticas. O fundador dos jogos atuais, barão de Coubertin, era contrário à participação feminina. Nos terceiros jogos, realizados nos Estados Unidos, há cem anos, foram realizados dois dias de competição, batizada Anthropological Days, com atletas das "raças inferiores", envolvendo índios, negros estadunidenses e africanos, turcos, filipinos e sírios. Os jogos de 1916 não foram realizados devido à I Guerra Mundial e, em 1920, os países perdedores do conflito — Alemanha, Áustria, Bulgária, Hungria, Romênia, Rússia e Turquia — foram impedidos de participar dos chamados "Jogos da Paz". Também foi o Comitê quem escalou o sobrevivente de Hiroshima, Yoshimori Sakai, para acender a pira olímpica na 18ª competição, em 1964, no Japão, num protesto contra a bomba atômica. Foi igualmente uma decisão do Comitê que impediu a participa-

ção da racista África do Sul, que oprimia negros, nessas Olimpíadas realizadas em Tóquio.

Boicotes governamentais se fizeram presentes ao longo dos jogos. Em 1924, na 8ª edição, na França, a Alemanha não compareceu alegando falta de segurança. Em 1980, foi a vez dos EUA boicotarem (com adesão da Alemanha Federal, Canadá, Japão e China) os jogos em Moscou, sendo revidados pela antiga União Soviética (e alguns países do Leste Europeu) na 23ª edição, quando não foi aos EUA denunciando que não estavam garantidas "nem a segurança, nem a dignidade" de seus competidores. Antes, em 1976, vinte delegações africanas se retiraram dos jogos realizados no Canadá protestando contra a presença da segregacionista Nova Zelândia nas competições — aliás, nesta 21ª Olimpíada o primeiro-ministro canadense, Pierre Trudeau, negou visto aos atletas de Taiwan, argumentando que "não havia outra China que não a de Pequim".

O acontecimento mais dramático — e indefensável — ocorreu em Munique (então Alemanha Ocidental), quando, na noite de 5 de setembro de 1972, oito militantes do grupo palestino "Setembro Negro" invadiram as habitações de atletas israelenses, matando dois de seus integrantes e capturando outros nove. Exigiam a libertação de 200 palestinos detidos em Israel. As autoridades alemãs levaram seqüestradores e reféns para uma armadilha no aeroporto militar de Fürstentfeldbrück. Atiradores alemães dispararam contra os terroristas. O resultado foi a morte dos nove atletas, de cinco dos oito terroristas, um policial alemão e de um piloto de helicóptero envolvido na ação repressiva. Os jogos foram suspensos por 34 horas, para a realização de cerimônias fúnebres.

Mesmo resultados das competições acabam adquirindo nítido caráter político, como a conquista de quatro medalhas de ouro pelo negro estadunidense Jesse Owens nos jogos de Berlim, em 1936, em plena vigência do racismo ariano de Adolf Hitler e seus nazistas, ou a vitória do corredor etíope Abebe Bikil, descalço, na capital italiana em 1960. Ou, ainda, para citar num exemplo atual, o entusiasmo da torcida pela vitória do basquete portorriquenho sobre os EUA, nestas olimpíadas gregas. Novos episódios que desnudam a relação entre política e esporte ocorrerão até o fim destes jogos e no próximo e próximo e próximo...

CENTENÁRIO

Deng Xiaoping, o modernizador

Ele introduziu a economia socialista de mercado

Ele ficou conhecido no final da década de 1970 por basear sua política em provérbios como "não importa a cor do gato, desde que cace os ratos", ou "à noite todos os gatos são pardos", ou "quando se abre as janelas, entra a brisa mas também os mosquitos"; em 1982, enunciou o princípio "um país, dois sistemas", que quebrou o gelo nas negociações sobre a reunificação envolvendo Taiwan, Hong Kong e Macau. E entrou para a história como o arquiteto da modernização da China e sua transformação numa nação de crescimento rápido, que se prolonga há duas décadas. Se fosse vivo, teria comemorado 100 anos de idade em 22 de agosto — este foi Deng Xiaoping, o dirigente chinês que introduziu a chamada economia socialista de mercado, abrindo o país para o mundo e reorganizando sua vida interna com a introdução de elementos de mercado para gerar riquezas e fazer sair do subdesenvolvimento, ajudando a superar o atraso e a pobreza seculares. Como registrou o *Diário do Povo*, Deng Xiaoping contrapôs-se a critérios consolidados desde a revolução de 1949 ao defender outro provérbio, aquele segundo o qual "ficar rico é glorioso".

Nascido em uma família rural, na província de Sichuan, no sudoeste da China, Deng — que faleceu em 12 de fevereiro de 1997, aos 92 anos de idade — foi um dos líderes militares da revolução chinesa e, desde 1949, ocupou posições de destaque no Partido e no governo chineses. Cargos que perdeu

depois da Revolução Cultural, iniciada em 1966, acusado de tentar restaurar o capitalismo na China. Passou a viver, realizando trabalhos manuais, na província de Jiangxi. Ele só voltaria ao poder em 1977, depois da morte de Mao Zedong. Em julho daquele ano, foi eleito presidente do Conselho Consultivo do Povo Chinês e, desde então, foi um dos impulsores da política de "Quatro Modernizações" (indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e defesa nacional) preconizadas já por Zhou En Lai em 1974.

Na manhã do dia 22, mais de 6.000 pessoas se reuniram numa solenidade, no Grande Palácio do Povo, na praça da Paz Celestial, em Pequim, para comemorar o centenário de Deng — o ponto alto de uma série de atividades culturais, artísticas e políticas realizadas em sua homenagem. A solenidade foi promovida pelo Comitê Central do Partido Comunista da China, Comitê Permanente da Assembléia Popular, Conselho de Estado, Comitê Nacional da Conferência Consultiva do Povo Chinês e Comissão Militar Central. Na solenidade, o secretário geral do Comitê Central do PCC e presidente da República Popular, Hu Jintao, ressaltou a importância de Deng e insistiu na necessidade de manter "o caminho do socialismo com peculiaridades chinesas, e marchar vigorosamente rumo à grandiosa meta de construir em forma integral uma sociedade modestamente abastada e rumo às brilhantes perspectivas da grande revitalização da nação chinesa".

COMUNICAÇÕES

Rádios livres no Reino Unido

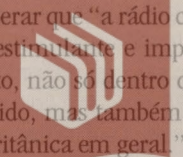
Aprovada em Londres Lei da Rádio Comunitária

A Câmara dos Lordes aprovou, no Reino Unido, uma medida decisiva para democratizar os meios de comunicação: uma Lei da Rádio Comunitária que legaliza um novo tipo de rádios sem fins lucrativos e permite que as comunidades, em todo o país, usem o rádio para criar novas oportunidades de emprego, ensino, coesão comunitária, inclusão social, além de difundir expressões culturais e criativas.

"Este é um dia histórico no longo caminho da Rádio Comunitária", disse Lord McIntosh de Haringey, ministro para a Mídia e Patrimônio do governo britânico. Ele homenageou, em seu discurso, o trabalho da Associação de Mídias Comunitárias e declarou esperar que "a rádio comunitária tenha um estimulante e importante desenvolvimento, não só dentro dessa mídia no Reino Unido, mas também em toda a sociedade britânica em geral".

Na ocasião, a AMC manifestou sua preocupação pelas limitações impostas pe-

la nova lei, pois várias comunidades terão dificuldades de manter financeiramente uma rádio e outras não conseguirão criar novas rádios, e solicitou ao Secretário de Estado para a Cultura, Mídia e Esporte a criação de um Fundo de Financiamento das Mídias Comunitárias, "que as restrições ao apoio a programas e publicidade sejam vistas como medidas transitórias, a serem retiradas da lei quando esta for novamente revisada, em dois anos". A AMC é a associação que reúne aqueles que atuam na mídia comunitária do Reino Unido. Sua missão é facilitar o estabelecimento e o desenvolvimento das comunicações para a expressão cultural e criativa, desenvolvimento comunitário e entretenimento, sendo integrada por 250 mídias comunitárias e 300 personalidades e organizações, todos ligados à televisão, ao rádio e à mídia impressa. A AMC é uma organização independente em 1980. A organização mantém uma escola de desenvolvimento na Escócia.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TRABALHADORES

CUT saúda o crescimento e aponta caminhos...

...mas insiste na necessidade de desenvolvimento com valorização do trabalho

“Os números disponíveis mostram que praticamente todos os setores de atividade — e não apenas o de agronegócios e aqueles voltados para a exportação — apresentam taxa de expansão de produção, aumento dos níveis de consumo interno e do emprego”. Essa foi uma das conclusões da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Direção Nacional da CUT aprovou determinações sobre reforma sindical e fez um balanço do primeiro ano da gestão de Luiz Marinho.

A entidade sindical destacou as fragili-

dades da política econômica ortodoxa seguida pelo governo e sugeriu “pensar em desenvolvimento a partir da valorização do trabalho formal”, bem como no “crescimento da produção de bens de valor agregado e do consumo” e no estabelecimento de metas de “geração de emprego, metas de aumento de salário médio, massa salarial e distribuição de renda”.

Para a CUT, o governo deve liderar “um amplo processo de negociação na sociedade brasileira”. Em nome dos 22 milhões de trabalhadores que representa, pro-

põe-se “participar desta negociação, que deve envolver também outros movimentos sociais, assim como os empresários dos setores produtivo e financeiro. Os bancos têm de ser chamados à necessidade de reduzir taxas de juros na ponta do tomador final, as empresas têm de pactuar preços e abastecimento de insumos em longo prazo e o governo tem de — sem reduzir arrecadação — dispor-se a promover a redução da carga tributária com um caráter redistributivo da renda”.

A entidade destacou a valorização do trabalho formal, a incrementação da produ-

ção de bens de valor agregado e consumo, bem como a geração de emprego, aumento salarial, distribuição de renda, reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar com pontos fundamentais para a melhoria do cenário brasileiro. A Central ressaltou que “a não renovação do acordo com o FMI, a suspensão das negociações da Alca e a priorização da constituição de um bloco regional da América do Sul, a partir do Mercosul, são também estratégicos para o desenvolvimento nacional e para a superação das vulnerabilidades externas do país”.

NEGROS

Desigualdade também na saúde

Seminário nacional discute a saúde da população negra

As políticas públicas na área de saúde sempre foram concebidas tendo como público-alvo a população branca, apesar de cerca de 50% dos brasileiros serem negros ou mestiços.

Por conta disso, em uma iniciativa inédita, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), realizaram em agosto o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra. O encontro focou a saúde negra e discutiu seus principais problemas, tendo em vista a abordagem de propostas para a elaboração de estratégias de gestão e acompanhamento no PNS (Plano Nacional de Saúde). Participaram do encontro cerca de 250 pessoas de todo país, de técnicos, pesquisadores e gestores de saúde a entidades representativas e organismos governamentais e civis.

Um estudo apresentado no seminário

por Fernanda Lopes, doutora em Saúde Pública e coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional do Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFDI) — entidade que, em parceria com a Funasa, desenvolveu a pesquisa — demonstrou este aspecto da desigualdade racial: entre outras coisas, a morte no sexo feminino, por causas relacionadas à gravidez, parto e pós-parto, entre os 10 e os 49 anos, é três vezes maior entre as negras do que entre as brancas. A redução das taxas de mortalidade em crianças menores de um ano é maior entre as crianças brancas: 43% contra 25% entre negros. Segundo Fernanda, “a pesquisa se propõe a tirar uma foto da realidade da saúde da população negra em um determinado período e propor novas estratégias para o governo. Com isso espera-se ajustar o Sistema Único de Saúde”.

LUTA PELA TERRA

UDR defende gangue armada contra sem-terras

Para a UDR, não é crime quando fazendeiros armam gangs de pistoleiros contra trabalhadores rurais que lutam pela terra. Ao contrário, a organização dos latifundiários brasileiros reclama quando o governo federal cumpre a lei e não criminaliza a luta social. A recente entrevista do fazendeiro Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR (União Democrática Ruralista), ao jornal *O Estado de S. Paulo*, é um exemplo disso. Ele acusa o governo federal de proteger e até elogiar “o crime organizado no campo, patrocinado pelos sem-terra”. O motivo: um conflito deflagrado no dia 23, na fazenda Monte Cristo, em Camaracas, na Bahia, envolvendo pistoleiros contratados pelo delegado Tadeu Moreira Caldas Vianna Braga — um dos donos da propriedade — e famílias ligadas ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), que a haviam ocupado.

No total, 60 pessoas foram feridas — duas em estado grave — e outras 70 presas, todos jagunços contratados e pagos por Braga. Os sem-terra ocuparam a fazenda naque-

la madrugada, mas foram desalojados por ordem judicial. Durante a noite, o delegado e seus 70 pistoleiros foram à fazenda retirar à força as famílias. Os jagunços estavam armados com escopetas e revólveres. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, determinou que o ouvidor agrário Gersino José da Silva Filho acompanhasse o conflito.

Sobre o assunto, o presidente da UDR defendeu a atitude agressiva do delegado Braga: “tenho quase certeza de que ele agiu em legítima defesa”. Para ele, foi uma ação de desespero pela suposta falta de controle do estado sobre conflitos agrários. A ocupação de terras improdutivas, para Antônio Nabhan Garcia, é uma questão que pode ser decidida pela força, com a contratação de grupos armados em defesa do latifúndio. “O cidadão, mediante flagrante de um crime, tem o direito de defesa, do direito de defender seu patrimônio”, ressaltou o ruralista, reiterando sua recomendação aos fazendeiros para que se armem, contratem jagunços e atuem à margem da lei.



Luta garante direitos dos funcionários da Ford na Bahia

FORD DA BAHIA

Trabalhadores conquistam redução da jornada

Altamente produtiva, a fábrica paga salários baixos e desrespeita direitos trabalhistas

OSVALDO BERTOLINO

A greve dos trabalhadores da Ford em Camaçari, dirigida pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Bahia, durou uma semana e terminou, no dia 12, com expressiva vitória ao alcançar sua única reivindicação, a redução da jornada de trabalho, que caiu de 44 para 42 horas semanais sem redução salarial.

Os trabalhadores da montadora são, em sua maioria, jovens — cerca de 70% a 80%, segundo estimativas da Federação, sendo que 42% a 44% são mulheres — e garantiram adesão total à greve. Hélio Soares, diretor da Federação, informa que cerca de 30 empresas, com um total de cerca de 7.500 trabalhadores, pertencem ao complexo Ford em Camaçari.

Ali, em 2003, foram produzidos 140 mil carros; para este ano, a previsão é de 206 mil unidades e, em 2005, 260 mil. Só para o México, a Ford de Camaçari exportará este ano 75 mil carros.

“Essa é a cara desta fábrica”, diz Hélio Soares. “Altamente produtiva e com uma classe operária jovem”, afirma. Uma empresa moderna, que paga baixos salários, tem carga horária elevada e desrespeita os direitos dos trabalhadores.

A empresa pretendia empregar 5 mil trabalhadores em 2007, produzindo 260 mil unidades. Hoje, são cerca de 2.500 operários com vínculo empregatício. Outros 5 mil per-

tencem às demais empresas do “guarda-chuva” (o complexo Ford) e mais cerca de 2 mil trabalham em empresas terceirizadas. Algumas atividades realizadas por grupos terceirizadas foram absorvidas pela montadora. Com isso, explica Hélio Soares, a previsão da Ford de ter apenas 1.500 trabalhadores em 2007 estava totalmente fora da realidade.

A direção sindical, formada majoritariamente pela Corrente Sindical Classista (CSC) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), avalia que o movimento foi amplamente vitorioso. Os trabalhadores cumpriam jornada de 44 horas semanais, sendo que no cálculo estava também o trabalho em quatro sábados ao mês. Pelo acordo, a jornada cai para 42 horas semanais e o trabalho aos sábados só ocorre duas vezes por mês. Os oito dias parados não serão descontados e a queda na produção durante a greve não entra no cálculo das metas da Participação nos Lucros ou Resultados.

Parte importante da mobilização foi a pressão dos trabalhadores sobre o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que pretendia julgar o dissídio coletivo instaurado pela empresa. O julgamento foi adiado, o que possibilitou a negociação com a empresa e o fechamento do acordo. “Durante a paralisação, não saiu um carro da montadora”, comemorou Hélio Soares.

Arquivo

CULTURA

Audiovisual, vamos ao debate

Ancinav vem para fortalecer e democratizar a produção brasileira, não para censurar

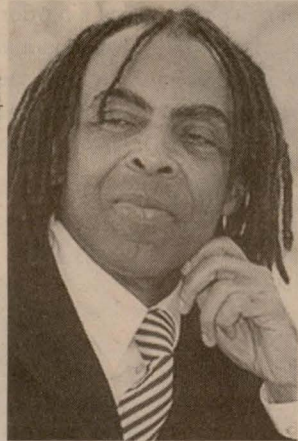
GILBERTO GIL *

O Ministério da Cultura entregou ao Conselho Superior de Cinema a minuta do projeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). A entrega teve o sentido de uma apresentação à sociedade. Trata-se de uma proposta abrangente, complexa e inovadora, assim como absolutamente necessária. E sintonizada com o que o planeta está pensando a respeito da produção e da difusão de conteúdos audiovisuais.

A minuta pode ser lida e comentada por todos os cidadãos na página eletrônica do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br). Ela foi elaborada ao longo de 14 meses por uma equipe de técnicos, consultores e dirigentes do MinC, que analisaram as leis de outros países, conversaram com representantes de empresas e entidades do setor, estudaram a situação da indústria do audiovisual no país e dialogaram com especialistas de diversas origens e formações.

Agora entramos na etapa mais importante do debate. O Conselho Superior de Cinema, que reúne nove ministérios e 18 representantes do setor audiovisual, terá cerca

de 60 dias para estudar a minuta, compilar as sugestões e críticas que forem enviadas e deliberar sobre a versão final do projeto. Só então o governo federal enviará o texto ao Congresso Nacional. Neste momento, há dezenas de entidades e especialistas lendo a minuta e preparando propostas.



Gilberto Gil

A posição do Ministério da Cultura em relação ao assunto é clara. A indústria do audiovisual é um setor estratégico para o país. Seu desenvolvimento impacta positivamente a sociedade brasileira em pelo menos três áreas: a cultura, a economia e a soberania nacional. Embora o setor seja forte no Brasil, ainda há um potencial imenso a realizar. É preciso, portanto, desatar os nós que hoje impedem a realização deste potencial — daí a importância da Ancinav.

A característica mais importante da proposta diz respeito ao modo como se pretende encarar os desafios e as contradições do setor. Há um conjunto de regras, mas o sentido geral é de regular e mediar as relações entre os diversos agentes econômicos e criativos da indústria do audiovisual brasileiro, incluindo as empresas estrangeiras

que atuam em nosso mercado, buscando um equilíbrio de interesses e a construção de um ambiente propício ao crescimento.

Regulação e mediação não se confundem com regulamentação e imposição de regras e vontades aos agentes econômicos e à própria sociedade. Os países avançados praticam a regulação e a mediação como método de gestão pública responsável, em busca do necessário equilíbrio entre direitos e interesses particulares de pessoas e empresas e direitos e interesses gerais do país e da sociedade. O mercado, no capitalismo contemporâneo, é mercado + regulação.

Outros traços marcantes são a proteção e o incentivo dos conteúdos brasileiros, que muitas vezes disputam o nosso próprio mercado em condições desfavoráveis; o estímulo à diversidade cultural e à ampliação do grau de acesso do povo brasileiro a conteúdos audiovisuais plurais; e a compreensão profunda dos desafios que a convergência digital coloca para todos nós. O fundamental é dotar o Brasil de uma agência capaz de lidar com essas questões.

A proposta de criação da Ancinav sofreu duras críticas nos últimos dias. E recebeu apoios calorosos também. Várias críticas eram apenas adjetivos e claramente não se amparavam em uma leitura atenta do texto, que tem mais de 40 páginas e 140 artigos, escritos com a frieza e o rigor que a redação

jurídica exige. Muitas outras, por outro lado, nasceram de atitude responsável e sincero desejo de contribuir para o aperfeiçoamento da proposta. Felizmente já ultrapassamos a fase da histeria e a minuta começa a ser criticada e apoiada pelo que ela efetivamente é.

Alguns apontaram artigos da proposta que poderiam sugerir a intenção de interferir sobre escolhas editoriais e criativas, o que naturalmente seria um atentado à liberdade de expressão e de criação. Posso assegurar, assinando sob e sobre essas palavras, que jamais houve, por parte do Ministério da Cultura, o desejo de abordar este tema. A liberdade de expressão e de criação é um direito individual e coletivo básico, que inclusive dispensa adjetivos. Vários preceitos constitucionais referentes tanto a direitos quanto a deveres relativos a essas questões são, inclusive, citados no corpo da minuta de projeto tais como se encontram escritos na Carta Magna brasileira.

Como já afirmei, todo e qualquer artigo da minuta que possa ser interpretado como interferência indevida será reescrito ou eliminado, para que não sobre dúvidas. Posto isso, vamos ao debate, vamos às propostas, vamos aos aperfeiçoamentos, vamos às revisões. Claro que há interesses contrariados, claro que há aspectos a melhorar. E faremos isso, de forma democrática e consistente, para que a Ancinav seja a melhor Ancinav possível.

O Ministério da Cultura reitera o seu compromisso com a criação da nova agência, a partir da agência que existe hoje, a Ancine, de acordo com uma demanda histórica da própria indústria do audiovisual do país. A produção e a difusão de conteúdo audiovisual no Brasil têm todas as condições de cumprir a sua vocação e o seu potencial, contribuindo para que tenhamos uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais forte e mais desenvolvida.

* Ministro da Cultura; artigo publicado originalmente em O Globo, 16/8/04

MISSÃO NA ÁFRICA

Povos irmãos

No governo Lula as relações bilaterais entusiasмам angolanos e moçambicanos

Em sua recente viagem a Angola e Moçambique, Eduardo Bomfim — secretário adjunto da Secretaria de Coordenação Política da Presidência da República — manteve contatos com vários intelectuais e autoridades angolanos e moçambicanos.

Nos dois países, Bomfim pôde ver as marcas que sobrevivem da luta pela independência, que se desdobrou em uma sangrenta guerra civil. Em Moçambique, a luta terminou há doze anos, e em Angola há apenas dois anos. Ali, os sinais dos combates ainda são vívidos, como Bomfim pôde constatar ao andar pela capital, Luanda. Ainda há crianças circulando pelos bairros da capital de Angola e principalmente pelo interior. Pôde ver muitos jovens e adultos angolanos mutilados e feridos pela guerra, mas também uma tremenda vontade de fazer a paz duradoura e desenvolver e usufruir as imensas riquezas de que o país é possuidor. “Eu senti os angolanos e os moçambicanos orgulhosos da paz recém conquistada e principalmente entusiasmados com o futuro e crenças na ajuda solidária dos brasileiros. Há uma imensa identidade principalmente cultural e étnica entre nós, que eles fazem questão de salientar em cada conversa”.

Bomfim pode constatar também a pequena repercussão das teses multiculturalistas, de origem norte-americana, em Angola e Moçambique. “Eles não gostam de ser considerados apenas africanos ou pan africanos.

São nações distintas, cada uma com sua história de libertação e soberania e em busca de um futuro que lhes parece promissor sempre que olham além mar, para o Brasil”, disse, ressaltando as profundas diferenças culturais que existem entre as várias nações africanas, longe da idéia de uma África mítica afirmada pelo multiculturalismo.

A profunda identidade entre angolanos e moçambicanos e o Brasil decorre não só de um passado colonial comum, quando foram colônias de Portugal, mas principalmente do apoio brasileiro à independência. “O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola sob o comando do Movimento Popular pela Libertação de Angola- MPLA — e de Moçambique sob a égide da Frente Libertação Moçambique, a Frelimo. Nossa embaixada em Angola mesmo nos momentos de maior agudez da guerra civil, quando teve que ser defendida a bala, não foi fechada um único dia, assim como a de Maputo”, assegura Eduardo Bomfim. Há que lembrar, diz ele, que só na guerra civil angolana morreram mais de um milhão de pessoas.

Desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os angolanos e moçambicanos ficaram ainda mais entusiasmados com o incremento das relações bilaterais. Sob o comando do ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, e com a presença dos nossos embaixadores naqueles países, as relações se tornaram ainda mais



Carlos Freitas, Eduardo Bomfim e Pepetela

fraternas e promissoras no campo econômico, social e político, afirmou.

O fato de empresas brasileiras como Petrobras, Odebrecht, Furnas e outras permanecerem em Angola e Moçambique mesmo no período da guerra civil, diz Bomfim, ajudou a aprofundar a amizade e a solidariedade entre nossos povos. “Angola saiu da guerra civil há apenas dois anos e Moçambique há doze anos, mas se vê nas ruas, no rosto do povo e na intenção das autoridades e personalidades, que esse tempo ruim é passado e agora o futuro se aproxima com paz e prosperidade. E nós como governo e nossas empresas estamos lá contribuindo para estabelecer redes elétricas, estradas, desenvolver a indústria do petróleo e tecnologias de educação entre outras áreas”, garante Bomfim.

Bomfim pode encontrar-se com vários escritores e intelectuais africanos de fala portuguesa, entre eles o moçambicano Malangatna Valente Nguenya e o angolano Artur

Carlos Mauricio Pestana dos Santos, o “Pepetela”, que tem uma legião de leitores e admiradores não só na África e Américas, mas no mundo todo. Nessa conversa, com o artista e guerrilheiro que escreveu seu primeiro livro ainda nas selvas, entre o fuzil e a caneta, nos tempos da guerra de libertação, Bomfim sentiu uma grande identidade de visão de mundo e de perspectivas humanas e culturais. Pepetela foi comandante guerrilheiro até a vitória da guerra de libertação e depois foi o primeiro ministro da Educação do governo de Agostinho Neto. Foi uma conversa longa, da qual também participou o general Carlos Freitas, hoje advogado e também entusiasta da amizade Brasil/Angola. Carlos foi comandante da guerrilha e, depois da vitória, se integrou à vida civil. Ele tem pelo Brasil e pelos brasileiros uma amizade e uma admiração que cresce com a liderança que o Brasil vai conquistando nesses quase dois anos de governo. O Centro de Documentação e Memória da política externa comandada pelo embaixador Celso Amorim e nossos representantes naqueles países.

Com os escritores

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

VENEZUELA

Outra vitória de Chávez

Altamiro Borges representou o PCdoB em Caracas. Ele relata a luta e a festa da vitória

ENTREVISTA A BENITO VASQUES E MARCELA F. OLIVEIRA, DE SÃO PAULO

A maioria dos venezuelanos — cerca de 59% dos votantes — quer que o presidente Hugo Chávez continue no poder. Isto foi o que comprovou o resultado do referendo revogatório realizado no dia 15 de agosto. Altamiro Borges, o Miro, Secretário de Formação e Propaganda do PCdoB/SP, membro do Comitê Central, acompanhou a votação na qualidade de representante da direção nacional do PCdoB entre os mais de cem observadores internacionais que acompanharam aquela votação histórica. Ele fez parte da maior delegação estrangeira presente à Venezuela, a delegação brasileira, e

não tem dúvida do que assistiu ali: “o que se vive na Venezuela é política com P maiúsculo!”, garante.

A vitória do “não” já era evidente antes da votação, diz Miro. Apesar das principais empresas de comunicação do país funcionarem como verdadeiros partidos e transformarem seus jornais e programas de televisão em panfletos anti-Chávez, os venezuelanos mantiveram-se organizados em prol do presidente muito antes do dia do referendo. Foram formadas, disse ele, patrulhas eleitorais, ou seja, grupos de pessoas incumbidas de discutir política, que tiveram a adesão de 1 milhão e 700 mil pessoas ao movimento bolivariano do presidente Hugo Chávez.

Em contrapartida, parte da classe média, definida por Miro como individualista, reforça a oposição ao contrapor-se às ações chavistas em benefício das camadas mais pobres. Tentando manter seus privilégios históricos, ela volta-se contra as políticas defendidas por Chávez e, em consequência, torna-se aliada natural dos interesses da alta burguesia e do imperialismo.

Depois da derrota da oposição no referendo, este quadro pode ser revertido, pensa Miro. Para desespero das forças opositoras, 59% da população votou pelo “não”, deixando transparente sua aprovação ao governo de Chávez, enquanto 41% demonstrou-se descontente com a atual administração. A votação recebida por Hugo Chávez no referendo superou o número de votos que ele ob-

teve quando foi eleito para a presidência da República, em 2000. E à oposição não resta outra alternativa a não ser adaptar-se à administração Chávez, diz Miro, para quem o governo chavista já tem traçadas estratégias para tornar a Venezuela fortalecida.

Uma delas é diversificar a economia país, incentivando a agricultura familiar, a reforma agrária e, principalmente, fomentar as indústrias. O governo tem consciência de que alta do preço do petróleo pode ser apenas conjuntural, e que precisa aproveitar em benefício do país, e dos venezuelanos, este momento favorável e passageiro.

Outra meta é democratizar e reforçar o aparelho de Estado tornando-o mais próximo da população por meio de uma reforma progressista. Segundo Miro, para Chávez, a organização popular é o princípio da reconstrução do país. O presidente venezuelano está convencido de que quanto mais autonomia estas organizações tiverem, melhor. A realização de políticas internacionais, outra meta de Chávez, será facilitada, bem como o que ele tanto preconiza: a unificação da América Latina, partindo da consolidação de um Mercosul não apenas comercial, mas político e cultural; a criação da TVSul; a fusão das empresas de petróleo da América Latina e a criação de uma empresa de energia, também, latino-americana.

Miro destacou também a participação dos brasileiros e dos comunistas, que organizaram diversas atividades em apoio ao referendo, e à votação no “não”. Um deles foi o ato de frente a embaixada da Venezuela e o debate com o deputado Nicolas Maduro, líder do governo na câmara venezuelana. A mobilização comunista favorável



Chávez: democratizar e reforçar o Estado

ao governo chavista começou no Brasil, com a organização de campanhas e atos, ampliando-se com a ida de membros do Partido Comunista do Brasil à Venezuela, onde alguns deles atuaram solidariamente e outros como observadores internacionais oficiais do processo de votação e apuração de votos. Ele disse que, em Caracas, o nome do Secretário Nacional de Relações Internacionais, José Reinaldo, foi lembrado por Vidal Cisneros, destacado político chavista. “Os brasileiros”, disse Miro, “foram recebidos com uma atenção especial e muito carinhosa por parte do povo e governo venezuelanos. Adentraram o Palácio Miraflores a convite do Presidente Chávez, momentos antes de seu discurso da vitória e passaram a madrugada de festa fazendo samba na cozinha do palácio!”

EUA

O fosso entre ricos e pobres

Há 36,4 milhões de pobres norte-americanos

O fosso entre ricos e pobres cresce nos EUA, e em 2003 mais de 700 mil norte-americanos caíram na pobreza. A informação consta de um relatório econômico na segunda semana de agosto em Washington. Embora a taxa oficial de pobreza ainda não tenha sido publicada, o Centro de Pesquisa Econômica e Política, uma organização progressista, calcula que, com base em dados preliminares, é possível calcular que o número de pobres nos EUA em 2003 foi de 36,4 milhões, contra 35,7 em 2002. A agência do censo do governo dos EUA considera pobre quem tem renda anual de 9 573 dólares, ou menos, para uma pessoa, ou de 18 660 dólares para uma família com duas crianças. Usando dados dessa agência para o primeiro semestre de 2003, a economista Heather Boushey disse que a porcentagem da população norte-americana que vive na pobreza aumentou para 12,8% em 2003; no mesmo período do ano anterior, foi de 12,7%.

Desde 2000, essa taxa tem aumentado anualmente, provocando críticas dos democratas às políticas econômicas do presidente republicano George W. Bush que, acusam, são feitas para beneficiar os mais ricos.

O estudo mostrou também que a renda de famílias de classe média alcançou 48.216 dólares/ano no primeiro semestre de 2003, crescendo 3,6% em relação ao mesmo período de 2002, embora quando se inclui a inflação no cálculo esse aumento seja de apenas 1,1%.

Juntamente com a crescente taxa de pobreza, este aumento discreto da renda das famílias de classe média sugere aquilo que é previsível, a ampliação do fosso entre ricos e pobres. “As famílias mais ricas estão vivendo um aumento de sua renda, enquanto aquelas que estão nos escalões inferiores da distribuição de renda estão em queda”, disse a economista.

PALESTINOS

Solidariedade com os prisioneiros políticos

Sua greve de fome chama a atenção para as violações dos direitos humanos nas prisões israelenses

JOSÉ REINALDO CARVALHO(*)

A greve de fome iniciada na segunda semana de agosto por 1,5 mil prisioneiros políticos palestinos adquire novas proporções com a adesão de seus familiares e chama a atenção do mundo para as duras condições carcerárias em que são mantidos pelas autoridades israelenses de ocupação. Os presos políticos palestinos, lutadores que deram o melhor de si na resistência contra o regime expansionista e opressor israelense, destacados combatentes da causa pela libertação da Palestina e da criação do seu Estado nacional, reivindicam direitos humanos elementares, nada que não esteja previsto na Convenção de Genebra. Eles reivindicam o aumento do número de visitas, a melhoria das condições sanitárias e a instalação de serviços públicos de telefonia.

O movimento dos prisioneiros políticos palestinos está obtendo ampla solidariedade na Cisjordânia. A Autoridade Nacional Palestina convocou a população a fazer um dia de jejum. O primeiro-ministro palestino, Ahmed Korei apelou ao mundo para que dê ouvidos ao grito desses “heróis da liberdade”, ao passo que o se-

cretário-geral da Liga Árabe, Amro Musa, solicitou o envio de uma missão internacional para verificar as condições em que se encontram os prisioneiros palestinos nos cárceres israelenses.

Também nesse episódio, as autoridades israelenses revelam insensibilidade e arrogância. Um dos seus ministros, o da segurança interna, declarou que seu governo não atenderá as reivindicações dos prisioneiros, que “podem continuar seu movimento até a morte”. É uma declaração intolerável, reveladora do desdém para com os direitos humanos. O governo de Israel parte do princípio de que os prisioneiros são “terroristas” e que suas reivindicações não têm a ver com direitos legítimos, mas com táticas facilitadoras de contatos com as organizações guerrilheiras.

A arrogância dos agressores israelenses em face das reivindicações dos prisioneiros políticos manifesta-se num momento particularmente tenso, em que, contra toda lógica democrática e de pacificação, prossegue a construção do muro da vergonha nos territórios ocupados e se intensificam outras medidas de natureza repressiva.

A causa dos prisioneiros políticos palestinos merece o apoio das forças progressistas em todo o mundo, não somente o atendimento das reivindicações que motivaram a atual greve de fome, mas a luta maior de fundo democrático que é a libertação de todos os prisioneiros políticos, passo indispensável para a conquista da paz. Não se pode falar de paz num quadro de opressão de uma nação sobre outra, de repressão de um Estado agressor sobre combatentes que lutam pela libertação nacional. É emblemática a luta pela libertação de Marwan Barghouti, preso ilegalmente pelas forças repressivas, que o seqüestraram em território administrado pela Autoridade Palestina. Barghouti é um líder destacado da causa palestina, deputado e dirigente da organização Fatah na Cisjordânia.

A solidariedade com os prisioneiros palestinos faz parte da mesma luta pela libertação nacional desse povo mártir.

Centro de Documentação e Memória
Relações Internacionais e diretor do Cebrapaz -
Fundação Maurício Grabois
Centro brasileiro de solidariedade aos povos de
luta pela paz.

Fenômeno da cultura de massas do século XX, o rock'n'roll acaba de completar 50 anos, contados a partir da primeira gravação de *Rock around the clock*, por Bill Haley and the Comets, em 12 de abril de 1954. Naqueles anos, um disc-jóquei de Cleveland, Ohio (EUA) havia descoberto o potencial mercadológico do *rhythm and blues* e percebeu que ele poderia atingir o público branco se eliminasse a carga demasiado negra que aquele nome evocava. Precisava também encontrar um branco capaz de cantar como um negro, que fosse um símbolo sexual e, assim, pudesse "transformar aquele modismo numa verdadeira revolução", diz o historiador Paulo Chacon. Bill Haley não cabia nessa definição: "era muito velho e gordo, além de pouco criativo, para resistir às novas exigências". Quando, naquele mesmo ano, Elvis Presley se apresentou numa emissora de rádio cantando *That's all right*, estava descoberto aquele que seria a primeira grande estrela de massas do rock. Ele surpreendeu o público ao mostrar sua cara pelo fato de não ser negro, embora cantasse músicas que lembravam o gospel, o jazz e o blues. A juventude se identificou com aquele incipiente movimento, e o capitalista Tom Parker, empresário de Elvis, sabia o que estava fazendo: já em 1956, foram vendidas, em poucos dias, 1,5 milhão de cópias do LP *Heartbreak Hotel*.

O rock nascia assim — juntando raízes negras e brancas, sob comando da chamada indústria cultural. No início do século XX, com sua música animada, piano, percussão, instrumentos de sopro, coral, a igreja evangélica dos negros norte-americanos era uma expressão musical forte e espontânea, diferente dos padrões culturais brancos. Ao lado das jazz bands negras do sul dos EUA, do blues, que permitia maior flexibilidade no uso de acordes maiores e menores, e da *folk-song* dos brancos, o estilo gospel daquelas igrejas foi a base sobre a qual o rock'n'roll surgiu, sob o signo da mistura, da irreverência, da informalidade — e do mercado. De 1955 a 1965 Elvis vendeu 100 milhões de discos. A produção massificadora da indústria permitiu que o rock logo se popularizasse, ultrapassando as fronteiras de seu país de origem e consagrando-se com um estilo pretensamente universal.

O final da II Guerra Mundial (1945) marcou o início de um período de crescimento da economia norte-americana, e de incorporação de amplos setores dos trabalhadores ao mercado de consumo. O fortalecimento da indústria nos EUA, que supria a demanda dos países devastados pela guerra, o desenvolvimento tecnológico e o pleno emprego criaram as condições para o consumo de massa.

A década de 1950 foi marcada também por uma onda de rebeldia juvenil, representada no cinema por "O Selvagem" (*The*



Bill Haley, Jimi Hendrix e Elvis Presley

50 ANOS DE ROCK'N'ROLL

Entre o mercado e o protesto

CAROLINA MARIA RUY

Wild One, 1953), estrelado por Marlon Brando e "Juventude Transviada" (*Rebel without a cause*, 1955) com James Dean. Eles influenciaram o comportamento, postura e o modo de vida adotado pela juventude e que o estilo rock'n'roll consolidava.

A explosão seguinte do rock, disseminando-o pelo globo, foi o aparecimento dos *Beatles*, na Inglaterra, em 1962. Eles se consagraram em 1963, com *Please, Please Me*, que os tornou ídolos internacionais. Mas logo começam a mudar a postura de bons moços, assumindo uma crítica sarcástica, ilustrada por *Sgt Peppers Lonely Hearts Club Band*, de 1967, que sinalizava a passagem de uma rebeldia sem causa, das baladinhas rimadas de entretenimento juvenil, para um som mais criativo, politizado e experimental. Depois da dissolução do conjunto, em 1970, John Lennon, que foi o poeta do grupo, iniciou uma carreira solo ligada à luta política de seu tempo, tendo composto um verdadeiro hino à paz, a canção *Imagine*, e outras de teor radical como *Women is the niger of the world*, ou *Working Class Hero*.

Foi também em 1962 que apareceram, na Inglaterra, os *Rolling Stones*, que dão novo impulso ao rock, com predominância

vocal, ritmo quatro por quatro, fortemente apoiado no segundo e quarto tempos, como *Rock around the clock*.

Nessa época Bob Dylan também gravou seu primeiro disco, em 1961, cujo som rústico e inteligente influenciou músicos mais rebeldes e contestadores. Outro ícone, Jimi Hendrix, surge no Festival de Monterey, em São Francisco, EUA, 1967. Com fortes raízes no blues, levou o rock ao ápice como forma de expressão artística, política e revolucionária. Um exemplo foi sua execução, clássica, do *Star Spangled Banner*, o hino nacional dos EUA, no Festival de Woodstock, em 1969. Ele o decompôs na guitarra, transformando-o nos ruídos da guerra — o troar dos aviões, o assobio das bombas caindo, as metralhadoras —, balbúrdia contrastada pela melodia harmoniosa e suave do blues *Purple Haze*, que tocou em seguida, uma fina ironia que marcou os protestos dos jovens contra a agressão norte-americana contra o Vietnã.

Se nos anos 60 e parte dos 70 o rock foi veículo para o protesto contra a guerra e contra o modo de vida americano, dos anos 70 em diante o protesto foi mais social; o movimento punk escancarou a degeneração da juventude marginalizada típica de metrô-

poles industrializadas, como Londres — uma juventude proletarizada, sem emprego nem perspectivas. As gravações de *God Save the Queen?* (o hino nacional inglês) e *Anarchy in the UK* pelos *Sex Pistols* tem o teor do anarquismo que marcou o movimento.

O *Sex Pistols* refletiu a contradição aguda do rock, oscilando entre o protesto e o mercado, e sintetizou as tendências contraditórias que o gênero ia seguir. Liderado pelo baixista Sid Vicious (John Simon Ritchie), o grupo surgiu em 1976, formado pelo empresário Malcolm MacLaren, um vendedor de roupas londrino que imaginou ganhar dinheiro produzindo música punk e para isso contratou músicos no submundo adolescente de Londres. O *Sex Pistols*, de qualquer forma, trouxe para o rock o desespero e a raiva de uma juventude que já não via o futuro de maneira rósea, com a geração anterior. "Não sabemos onde está o nosso alvo. Mas atiramos para todos os lados para ter certeza de acertar", disse certa vez Sid Vicious. Ali estava representada uma das tendências futuras do rock, do qual o *Nirvana* (na década de 1980) e os grupos grunges, de garagem, de Seattle, EUA, foram uma espécie de continuação sofisticada, mas também edulcorada pela MTV. A outra tendência foi a adesão pura e simples ao mercado, da qual Michael Jackson talvez seja a melhor expressão.

De todo modo, a liberdade de criação e a abrangência que o fenômeno abarcava permitiu o surgimento de uma enorme diversidade de segmentos dentro do título unificador do rock. Nos anos 80 bandas como *INXS*, *Duran Duran*, os cantores *Madonna* e *Prince*, fizeram um sucesso altamente comercial, ao lado de um som mais underground, que sobrevivia em canções como a densa *Walk on the wild side*, de Lou Reed, pretensamente despreocupado com a lucratividade que proporcionaria.

Em 1981, um novo passo: é criada, nos Estados Unidos, a MTV, um canal de televisão voltado para o rock e a música jovem. A essa altura o estilo era dominante entre os jovens norte americanos, que a emissora reforçou e formalizou, capitalizando esta hegemonia. O rock de hoje, cinquentão, sobrevive através do resgate, recriação e mistura de elementos já existentes, mais do que com estilos novos. Estilos como *hip hop*, *bard core* e "guitar", por exemplo, são versões modernas do *rap*, do *heavy metal*, do *punk*, e da *psicodelia* dos anos 60.

Protesto, mercado, raízes populares, guitarra e bateria — estes foram os ingredientes do maior fenômeno de cultura jovem. Goste-se dele ou não, ele faz parte da história cultural da segunda metade do século XX e, cinquentão, parece ainda ter fôlego para ir adiante. (A segunda parte deste artigo fará uma apresentação do rock no Brasil).

IMPRESSO

